

Quem disse ?

«A declaração de Jardim (sobre Timor) é uma indignidade»

Ferro Rodrigues
Expresso, 4 de Setembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1032 9 SETEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Jantar na FIL

Início de Campanha

Hoje às 20 horas

Presença do camarada secretário-geral António Guterres

Governo incentivou iniciativa

Portugal parou três minutos

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, autorizou e apoiou que os serviços da administração pública tivessem ontem parado três minutos em solidariedade com Timor-Leste. Comentando a iniciativa conjunta da CGTPIN e da UGT, o ministro da Administração Interna disse tratar-se de uma posição que «revela o sentimento do povo português e, como tal, tem o meu apoio pessoal e activo». As lojas do cidadão do Porto e de Lisboa também paralisaram. O mesmo aconteceu com trabalhadores dos transportes, municípios, bancos e bombeiros, que igualmente aderiram à paragem. As três principais rádios do País (a TSF, a Renascença e a RDP), durante esses três minutos, apenas emitiram ruídos ou música de Timor-Leste.

Uma das iniciativas de maior impacto do dia de ontem foi a formação de um cordão humano, que uniu a zona de Sete Rios ao Largo de Santos-o-Velho, numa manifestação que ocupou cerca de dez quilómetros. Da Embaixada de França, na zona de Santos-o-Velho, até à Embaixada dos Estados Unidos da América, perto de Sete Rios, na Avenida das Forças Armadas, a manifestação promovida pela Comissão dos Direitos do Povo Maubere (CDPM) uniu as outras representações diplomáticas dos países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e ainda a delegação das Nações Unidas na capital portuguesa. Entretanto, ontem, a partir das montanhas, o bispo de Bacau, D. Basílio Nascimento, lançou um apelo dramático via telefone a um jornalista da RTP: «Se não se concretizar rapidamente uma intervenção de capacetes azuis, seremos todos mortos.» A União Europeia, os Estados Unidos da América, a Austrália e a Nova Zelândia já advertiram o regime de Jacarta com sanções económicas, caso a situação não melhore significativamente em Timor-Leste.

PORTUGAL (UNIDO) GRITA A UMA SÓ VOZ POR TIMOR E CONTRA A INDONÉSIA

BASTA!...



Basta de tanta tragédia, de tão longo sofrimento e de tantos crimes contra cidadãos indefesos. Com urgência, é preciso fazer com que os assassinos indonésios parem com os massacres em Timor-Leste e respeitem finalmente as aspirações de um povo que, massivamente, disse querer ser independente. É preciso respeitar os resultados do referendo. Basta de mortes. Portugal está unido e indignado com a tentativa de genocídio que está a ser levada a cabo pelo regime de Jacarta. Ao longo dos últimos dias, o Presidente da República, o primeiro-ministro e o presidente da Assembleia da República multiplicaram-se em contactos internacionais para sensibilizar a comunidade internacional para o drama que se vive em Timor Lorosae. Mas, como sublinhou António Guterres, aconteça o que acontecer, ninguém poderá apagar da face da terra a vontade que o povo timorense demonstrou em ser livre e independente.

Sociedade & País

Parlamento Europeu Vitorino passa com distinção na «prova oral»



O camarada António Vitorino superou no dia 3 com brilhantismo as três horas de audição na comissão do Parlamento Europeu correspondente à pasta que lhe foi atribuída no futuro executivo comunitário - Justiça e Assuntos Internos.

Cimeira

Acordos e investimentos Marrocos/Portugal Cooperação solidária



Com o rosto carregado pela agonia de Timor Lorosae, António Guterres chegou a Tânger, Reino de Marrocos, para uma cimeira com o chefe do Executivo marroquino onde as palavras de ordem foram «cooperação» e «solidariedade».



Timor Lorosae Crónica de uma morte anunciada

Foi com emoção que o mundo assistiu, na passada semana, ao nascimento de um novo país: Timor Lorosae. Após um longo, difícil e penoso processo de negociação a Indonésia aceitou finalmente, sob égide da ONU, a realização de um referendo sobre o destino de Timor-Leste.

Os timorenses mostraram inequivocamente nas urnas a vontade de viver num país livre e independente. O referendo foi considerado por todas as partes envolvidas como sendo válido pelo que o resultado foi aceite e confirmado pela ONU, que supervisionou de perto todo o processo.

Se estivessemos a falar de gente séria, honesta e que honrasse os compromissos assumidos, a seguir ao resultado seria de esperar além da libertação do líder das FALINTIL, Xanana Gusmão e de todos os presos políticos, o apoio da Indonésia a uma transição tranquila de um país indevidamente ocupado e oprimido para um país livre e democrático. Mas, ao invés, assistimos a uma escalada de violência sem par, apoiada numa Indonésia sem face e perpetrada por militares travestidos de milícias.

A esta barbárie nada escapa. Crianças, mulheres e homens são diariamente assassinados pelas mãos dos militares indonésios que não respeitam nem a dignidade humana nem os mais elementares direitos cívicos, políticos ou religiosos.

Trata-se de uma chacina indiscriminada perpetrada pela indonésia e a que os principais países do mundo assistem sem intervir. Efectivamente, muitas têm sido as manifestações e os apelos à Paz, mas as Nações Unidas não conseguiram, ainda, dar a resposta que todos esperamos e desejamos: o envio de uma força de restabelecimento da Paz para Timor Lorosae e a efectiva condenação da Indonésia. Até lá, iremos continuar diariamente a assistir aos relatos dramáticos do genocídio do Povo Maubere.

Apelos como o do bispo de Baucau: «se não se concretizar rapidamente uma intervenção de capacetes azuis, seremos todos mortos», são reveladores da situação extremamente precária que está a viver toda a população de Timor Lorosae. Por isso, é cada vez mais urgente tomar uma decisão rápida, pois amanhã pode já ser tarde demais.

Toda a comunidade internacional tem que se unir na defesa do Povo Maubere e forçar a Indonésia a colocar um ponto final na chacina, permitindo a entrada de um contingente de capacetes azuis, bem como o regresso das organizações humanitárias ao território. Não é mais tolerável que à beira do novo milénio os principais países do mundo se mostrem incapazes de se unir para restabelecer a ordem, a liberdade e a justiça num país que mal acabou nascer. É urgente que as pressões diplomáticas, que estão a ser efectuadas um pouco por toda a parte, comecem a surtir efeito. A comunidade internacional tem que reagir e criar condições para que a indonésia perceba, de uma vez por todas, que Timor já não é uma província sua, mas sim um país legitimamente livre.



PS É ALTERNATIVA À AD

Na edição de 10 de Setembro de 1981 o «Acção Socialista» tinha um destaque sobre as eleições autárquicas intercalares que se iriam realizar no dia 13 em Valpaços e Miragaia.

«PS é alternativa democrática em Valpaços e Miragaia», titulava o órgão oficial do PS na primeira página.

Numa edição marcada pela actualidade da tomada de posse do III Governo da AD, o «AS» dava conta da tomada de posição do PS que se preparava para votar contra o novo Executivo de centro-direita na Assembleia da República, reafirmando o seu projecto de alternativa.

«Vamos ser suficientemente contundentes, porque a saída que se encontrou para a crise, tal como a forma pela qual se projecta atacar os problemas especialmente relacionados com a crise económica, não nos convencem. Portanto, seremos naturalmente muito críticos», afirmava o secretário-geral do PS, Mário Soares.

J. C. C. B.

10 de Setembro

Quem disse?

«A agricultura, que é um sector que suporta 30 por cento da população, é a mais desprotegida e a mais sacrificada pela AD»

António Campos



Açores Medeiros Ferreira lança livro

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Medeiros Ferreira vai publicar um livro intitulado «Com os Açores no Dobrar do Século», durante a pré-campanha para as legislativas de 10 de Outubro, anunciou, no dia 6, em Ponta Delgada, uma fonte partidária.

O camarada Medeiros Ferreira encabeça pela segunda vez consecutiva a lista de

candidatos do PS pelo círculo açoriano, dotado de cinco mandatos.

Para a apresentação pública da sua obra - depois do regresso da Suíça, onde se deslocou integrado na comitiva do Presidente da República que se encontra de visita naquele país -, o candidato tem agendadas sessões em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Descida da inflação Agosto: preços diminuíram 0,1 por cento

Os preços em Portugal baixaram 0,1 por cento em Agosto, de acordo com estimativas da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência (DGCC) que a, confirmarem-se, colocarão a taxa de inflação homóloga em 2,0 por cento e a média anual em 2,7 por cento.

Em Julho, a inflação mensal foi nula, enquanto a homóloga foi de 2,1 por cento e a média se situou em 2,7 por cento, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

O INE divulgará a taxa de inflação oficial de Agosto de 1999 no próximo dia 14. No ano passado a variação mensal dos preços foi nula em Agosto.

A DGCC justifica a variação negativa do

índice de preços no consumidor no mês passado com a diminuição dos preços do calçado (-4,5 por cento), dos artigos de vestuário (-4,3 por cento), devido aos saldos de Verão, e das frutas (-2 por cento), em resultado do aumento da produção.

Em sentido contrário terão evoluído os preços de classes como a batata e outros tubérculos (com uma subida de 2 por cento), a carne (1,5 por cento), os restaurantes e cafés (0,3 por cento) e os veículos automóveis (0,2 por cento).

A confirmarem-se, os dados da DGCC reflectem a tendência para o abrandamento na subida de preços em Portugal convergindo com a média europeia.

Ponte do Infante Construção já arrancou

A construção da Ponte do Infante, entre o Porto e Gaia, iniciou-se na passada segunda-feira, dia 6, com a instalação do estaleiro da obra.

A construção desta sexta ponte entre o Porto e Gaia tem um prazo de execução de 27 meses, pelo que a obra deverá estar concluída em Dezembro de 2001.

A Ponte do Infante, que vai ligar a zona das Fontainhas (Porto) a Serra do Pilar (Gaia), destina-se a recolher o trânsito rodoviário que utiliza o tabuleiro superior da Ponte D. Luís I, que passará a ser usado exclusivamente pelo metropolitano.

A obra foi adjudicada ao consórcio Edifer/Nesco - Entrecanales Cubiertas por 2,8 milhões de contos (14 milhões de euros), mas a Empresa do Metro do Porto terá de pagar ainda mais cerca de um milhão de contos (cinco milhões de euros) de indemnizações aos proprietários das casas que estão a ser demolidas nas duas margens do Douro.

A ponte terá 380 metros de comprimento e 20 de largura, o que permitirá duas faixas de rodagem em cada sentido, o dobro da capacidade do tabuleiro superior da D. Luís.

Ministério da Educação lança campanha «A União Faz o Euro»

O Ministério da Educação lançou uma campanha de comunicação intitulada «A União Faz o Euro» que teve início em 98/99 e decorrerá até 2002.

Esta iniciativa tem como destinatários, para além da população escolar, dirigentes, quadros e técnicos administrativos do Ministério da Educação.

A campanha visa familiarizar as crianças e os jovens com a nova moeda e pretende também valorizar o euro como meio de união entre os países, promovendo a aprendizagem da cidadania europeia,



como uma dimensão alargada da participação dos cidadãos na vida democrática.

TIMOR LOROSAE

Portugal (unido) grita a uma só voz por Timor e contra a Indonésia

BASTA...!

Basta de tanta tragédia, de tão longo sofrimento e de tantos crimes contra cidadãos indefesos. Com urgência, é preciso fazer com que os assassinos indonésios parem com os massacres em Timor-Leste e respeitem finalmente as aspirações de um povo que, massivamente, disse querer ser independente. É preciso respeitar os resultados do referendo. Basta de mortes. Portugal está unido e indignado com a tentativa de genocídio que está a ser levada a cabo pelo regime de Jacarta. Ao longo dos últimos dias, o Presidente da República, o primeiro-ministro e o presidente da Assembleia da República multiplicaram-se em contactos internacionais para sensibilizar a comunidade internacional para o drama que se vive em Timor Lorosae. Mas, como sublinhou António Guterres, aconteça o que acontecer, ninguém poderá apagar da face da terra a vontade que o povo timorense demonstrou em ser livre e independente.

O Presidente da República considera que os acontecimentos até ao final do dia de hoje (quinta-feira) serão decisivos para se aferir a dimensão da crise em Timor-Leste. Segundo o chefe de Estado, «a Indonésia é um grande país, com papel importante geo-estratégico no mundo, mas a sua credibilidade está em jogo». Por essa razão, Jorge Sampaio considera ser dever da comunidade internacional e dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas avaliar a situação para evitar a derrapagem total da situação. «É necessário tomar uma decisão rápida», afirmou o Presidente da República, antes de sublinhar que «não podemos esperar mais e não podemos ficar parados perante este drama internacional. Os factos mostram que a Indonésia não está a controlar a segurança no território», acrescentou.

Nas várias entrevistas que concedeu a importantes canais televisivos europeus e norte-americanos, Jorge Sampaio recordou o voto de 78,8 por cento da população timorense a favor da independência no referendo realizado a 30 de Agosto passado. «Um resultado obtido numa eleição justa e com um óptimo trabalho dos observadores internacionais e da UNAMET», disse na entrevista à CNN.

Na opinião do Presidente da República, «a Indonésia está a passar por um processo difícil de transição e a democracia do país tem-se desenvolvido paralelamente à evolução da situação em Timor-Leste, mas o seu prestígio está em causa», advertiu novamente o chefe de Estado.

Ao longo dos últimos dias, outra das linhas



de intervenção do Presidente da República tem passado por sublinhar a necessidade de a segurança «voltar a Timor-Leste», ao mesmo tempo que realça que a diplomacia portuguesa «tem estado a fazer todos os esforços possíveis para alcançar resultados. Uma das personalidades contactadas por Jorge Sampaio foi a alta comissária da ONU para os Direitos Humanos e ex-Presidente da Irlanda, Mary Robinson, a quem pediu o seu contributo para pôr fim às atrocidades em Timor-Leste.

Guterres: Situação intolerável

No mesmo sentido do que Jorge Sampaio, também o primeiro-ministro classifica a situação em Timor-Leste como «intolerável e extremamente grave». Para o primeiro-ministro, «a lei marcial decretada pela



Indonésia não teve qualquer efeito positivo no território, o que torna evidente o que temos dito de que só uma força internacional poderá resolver a situação».

O chefe do Governo, lembrou que «as pressões realizadas estão a levar a comunidade internacional, de uma forma tragicamente lenta, a criar condições que, progressivamente, levarão a Indonésia a ter de se conformar» com a independência de Timor-Leste.

Sobre a libertação do líder da Resistência timorense, na madrugada de terça-feira, o primeiro-ministro comentou que a sua saída da casa-prisão ocorreu «em condições de segurança», tal como era desejo de Portugal. Aliás, terça-feira, António Guterres falou ao fim da manhã, por telefone, com o presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), a quem transmitiu palavras de conforto e coragem para continuar a liderar o seu povo nesta nova

fase. Durante a mesma conversa, o secretário-geral do PS também deu a conhecer a Xanana Gusmão sobre os esforços que têm estado a ser desenvolvidos e dos contactos que têm vindo a ser estabelecidos em defesa dos timorenses e da sua vontade expressa no referendo.

Impossibilitado de um contacto telefónico com o líder da Resistência timorense, o presidente da Assembleia da República escreveu terça-feira a Xanana Gusmão. Na carta, Almeida Santos frisa a sua admiração por Xanana Gusmão, sobretudo, por evitar dar pretextos à Indonésia para começar uma guerra civil. Na mesma missiva, o presidente do PS salientou o carácter incompleto do caminho até agora alcançado, afirmando que «só o corpo» de Xanana «foi restituído à liberdade», pois o seu espírito «sempre foi livre. Estou certo de que com a liberdade de movimentos que agora lhe foi restituída poderá conduzir a luta pela libertação do heróico e mártir povo de Timor-Leste a graus acrescidos de esperança».

A Xanana Gusmão, Almeida Santos lembra também que a diplomacia portuguesa tudo tem feito para que os irmãos timorenses «atinjam a pátria da promessa». O resultado do referendo é agora totalmente irreversível», embora ainda não tenha saído totalmente «a sede de vítimas dos demónios à solta».

Elogios à resistência timorense

Palavras de elogio ao comportamento notável da resistência timorense foram igualmente transmitidas pelo primeiro-ministro, tendo, inclusivamente, manifestado estar «emocionado» com a conduta das Falintil. «Evitaram uma resposta, porventura legítima, às provocações e à tragédia» que o povo timorense está a sofrer. No entanto, António Guterres considerou que, infelizmente, o problema no território continua a ser político e não de falta de apoio de países para integrarem uma força internacional para o território. Referiu, a este propósito, que a Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, China, Malásia e Portugal já se ofereceram para integrar o contingente de paz. O problema, acrescentou, reside na criação das condições por parte da comunidade internacional para impor à Indonésia a aceitação dessa presença.

Terça-feira, na Assembleia da República, o primeiro-ministro também manifestou o reconhecimento do país «às portuguesas e portuguesas que, em circunstâncias particularmente difíceis, asseguram a presença de Portugal» em Timor-Leste. «Devo dizer que, ao longo dos últimos dias, uma das questões que seguramente mais me preocupou foi a situação desses nossos compatriotas». Ainda segundo António Guterres, «a presença indispensável que importava assegurar por Portugal foi conseguida graças àquilo que é uma atitude de extrema generosidade e dignida-



de», salientou ainda o chefe do Governo na Assembleia da República, antes de realçar que, em alguns casos, «tratou-se mesmo de um acto voluntário, sem que existisse qualquer obrigação, como acontece porventura com alguns dos jornalistas que em condições muito difíceis quiseram permanecer em Timor-Leste. A todos eles, penso que em nome de todos nós, em nome de Portugal, queria deixar uma palavra de agradecimento e de homenagem».

Independência é direito irreversível

Na sua intervenção, perante a Comissão Permanente da Assembleia da República, o primeiro-ministro mostrou-se revoltado com os acontecimentos registados nos últimos dias, mas deixou o seguinte recado: «Aconteça o que acontecer, há algo que ninguém pode apagar à face da terra, que é a indiscutível legitimidade democrática de Timor à sua independência». O chefe do Governo comunicou ainda aos deputados que já foram dadas instruções às forças armadas para estarem prontas a integrar uma força multinacional e explicou que Portugal está disposto a contribuir para o seu financiamento «mesmo em relação a outras componentes da referida força». A seguir, o ministro dos Negócios Estrangeiros revelou que vários países, entre eles a Malásia, Tailândia e mais recentemente também a própria China, já declararam a sua disponibilidade para integrar uma força multinacional de paz em Timor-Leste. Jaime Gama recordou que, hoje, quinta-feira, se realiza em Nova Iorque, com a presença do presidente norte-americano, Bill Clinton, uma cimeira da Associação para a Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC). O presidente dos Estados Unidos da América, de acordo com o membro do Governo, «não deixará de dar um sinal claro e uma mensagem forte à Indonésia em relação ao que se está a passar em Timor». Paralelamente a esta cimeira, realiza-se por iniciativa da Nova Zelândia uma reunião de países que têm acompanhado de perto a situação, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Filipinas e Japão. Por outro lado, como registou o ministro dos Negócios Estrangei-

ros, a Assembleia Geral das Nações Unidas, que este ano, pela primeira vez desde há muito, vai analisar a situação em Timor-Leste, com base num relatório elaborado pelo secretário-geral Kofi Annan. Um cenário de importantes movimentações diplomáticas e que ocorre enquanto a União Europeia está a actuar com determinação.

FMI pressiona Jacarta

Entre os contactos estabelecidos pelo primeiro-ministro, destaque para a conversa telefónica com o director-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na sequência desse contacto, o FMI exprimiu a sua inquietação sobre os acontecimentos em Timor-Leste, tendo convidado Jacarta a evitar a violência. O FMI afirma estar a seguir de perto os acontecimentos em Timor, salientando que «aceita os resultados do referendo», já que decorreu «em paz». Após a crise asiática, a Indonésia beneficiou de um plano massivo de ajuda financeira internacional no valor de 47 mil milhões de dólares, dos quais 12,3 milhões concedidos pelo FMI. O FMI conclui que, apesar da Indonésia «ter feito progressos no seu plano de reformas económicas, de acordo com aquilo que foi proposto pelo fundo, deverá ter todo o interesse em ver o processo de Timor-Leste resolvido sem recurso à violência, segundo as normas reconhecidas internacionalmente».

Face à situação em Timor-Leste, esta semana, o primeiro-ministro foi obrigado a cancelar vários programas da sua agenda política. Adiou para data a fixar a sua deslocação ao Luxemburgo, que estava prevista para ontem (quarta-feira) e que se destinava a preparar o início da presidência portuguesa da União Europeia e da cimeira sobre emprego. Por idêntico motivo, António Guterres adiou a apresentação pública formal do Programa de Governo, que estava marcada para terça-feira, no Hotel Ritz.

Apelos à comunidade internacional

Terça-feira, o Presidente da República recebeu os partidos no Palácio de Belém, tendo como ponto único da agenda a situ-



ação em Timor-Leste. No final do encontro com o chefe de Estado, o presidente do Grupo Parlamentar do PS manifestou a expectativa de que a libertação de Xanana Gusmão constitua «um sinal inequívoco de que a situação em Timor-Leste possa «correr no melhor sentido». Para Francisco Assis, a amnistia concedida ao líder da resistência timorense pode ser entendida «como um sinal de boa vontade» no sentido de se encontrar uma solução definitiva para o problema de Timor-Leste.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS sublinhou, ainda, que a comunidade internacional «tem enormes responsabilidades» na tragédia em curso no território, pelo que deve «desenvolver todos os esforços que estão ao seu alcance para sensibilizar» a Indonésia a garantir a segurança em todo o território. «A comunidade internacional deve agir no sentido do envio de uma força de segurança que garanta a tranquilidade e o respeito pelos resultados» do referendo realizado em 30 de Agosto, sustentou ainda o líder da bancada socialista, que se encontrou acompanhado pelos camaradas José Sócrates, Edite Estrela e António Galamba.

Por sua vez, em comentário à libertação de Xanana Gusmão, o coordenador da Comissão Permanente do PS, António José Seguro, afirmou que, com esse acto, «a Indonésia não fez mais do que a sua obrigação». António José Seguro afirmou estar satisfeito com a libertação de Xanana, mas deixou uma advertência: «Este acto de libertar Xanana não desresponsabiliza a Indonésia perante o cumprimento das suas obrigações previstas no acordo de Nova Iorque, em particular a manutenção da segurança e da paz em Timor Lorosae, o que visivelmente não tem cumprido». Também na sequência da libertação de Xanana Gusmão, o presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, sublinhou a importância de a sua segurança ser garantida. «Timor Lorosae precisa dele para concretizar as suas aspirações de independência, de liberdade e para acabar com a barbárie indonésia», afirmou o dirigente socialista.

Enquanto o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, optou por enviar ao vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Ra-

mos Horta, uma mensagem de protesto contra a chacina e o genocídio que se registam em Timor-Leste, considerando estar-se perante uma situação inadmissível à luz dos Direitos Humanos, também na terça-feira o ministro das Finanças, Sousa Franco, assegurou que Portugal irá ajudar financeiramente o novo Estado independente de Timor Lorosae.

Seguro defende Timor no PE

O eurodeputado António José Seguro interpelou, no início desta semana, durante uma audição ao comissário indigitado para o pelouro da Política Regional e Fundos Estruturais, Michel Baernier, sobre a actualidade política em Timor. Seguro aproveitou o período de perguntas e respostas da audição parlamentar ao comissário para abordar este tema e expressar a sua indignação com a comunidade internacional perante a passividade com que está a encarar a grave situação humanitária que se está a viver em Timor Lorosae.

Na sua interpeleção, o eurodeputado socialista referiu que ao mesmo tempo em que ele estava ali (no Parlamento Europeu) a alertar para este grave problema havia centenas de homens, mulheres e crianças a serem assassinados por terem cometido um único crime que foi terem votado sobre o futuro do seu território. «Este acto covarde está a ser feito perante a passividade da comunidade internacional», alertou António José Seguro.

Eleições, aliás, realizadas sob a égide da ONU. A mesma ONU que agora se mostra impotente para por fim à enorme escalada de violência praticada pelas milícias com o apoio das forças armadas indonésias.

Recorde-se que recentemente esteve, pela primeira vez, em Timor uma Delegação de Observadores do Parlamento Europeu para avaliarem e acompanharem a realização do referendo, cujos resultados indicaram uma inequívoca vontade de independência do povo timorense. Esta delegação de que fez parte o eurodeputado socialista Carlos Candal resultou de uma proposta efectuada por António José Seguro ao presidente do Grupo Socialista Europeu, que posteriormente a sugeriu à presidente do Parlamento Europeu.

TIMOR LOROSAE

Apelo dramático de Xanana Gusmão

AJUDEM A SALVAR O MEU POVO

Xanana Gusmão foi libertado terça-feira, mas disse não se sentir totalmente livre. Lançou mesmo um apelo dramático à comunidade internacional para que salve o povo de Timor-Leste e que acabe com o novo genocídio no território. A Austrália afirma que são necessários entre seis e sete mil soldados para formar uma força multinacional para Timor-Leste. Até agora renitentes no envio de uma força armada que reponha a ordem em Timor-Leste, de onde chegam relatos de violência e fuga maciça de civis em pânico, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (China, Rússia, Grã-Bretanha, Estados Unidos e França) começam a dar sinais de poderem ceder proximamente.

A partir de Jacarta, o líder da Resistência Timorense lançou um apelo dramático para que a comunidade internacional tome «medidas imediatas» para salvar o seu povo e acabar com o «novo genocídio» que está a ocorrer no território. «Apelo à comunidade internacional para que ajude este povo heróico e corajoso, mas tão indefeso, para que ajude a parar a violência, a parar as mortes e para que ajude a salvar as vidas das crianças, dos idosos, dos jovens, de todos», afirmou Xanana Gusmão. As declarações de Xanana foram proferidas na embaixada britânica, onde se encontra desde que foi libertado pela Indonésia.

Xanana Gusmão sublinhou que as Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste) continuam acantonadas a receber a população que sai todos os dias de todas as partes do território. «Embora lhes custe suportar as lágrimas e o sofrimento do seu povo, eles continuam a manter-se firmes na decisão de não contribuir para piorar a situação. Não haverá da nossa parte o mínimo gesto para a tão propalada guerra civil», garantiu Xanana Gusmão.

Salientando que o Governo indonésio «ou não tem lido a capacidade de controlar a situação de Timor, ou não quer», Xanana Gusmão criticou a decisão das autoridades de Jacarta de impor a lei marcial no território. «Sinceramente, não sei para que é que serve, porque não há população nas vilas», disse o líder da Resistência, referindo que a população está a ser levada para Atambua e Kupang em Timor Ocidental e para a ilha indonésia de Alor. «Não sei o que é que mais dois batalhões vão fazer em Timor, quando o mundo sabe que são as próprias forças armadas indonésias que matam, que perseguem, que destroem,



que queimam as casas e que saqueiam a população».

Panorama terrível de morte

Xanana Gusmão disse desconhecer o número de mortes registado nos últimos dias, mas salientou que o panorama «é terrível. Prevejo que muita população vai morrer nesta primeira semana de fome, de doença. Muitas crianças vão ter de ser abandonadas pelo caminho, porque as mães não terão leite para dar», alertou, antes de lançar um apelo às autoridades de Jacarta para que acabem com a violência que as forças armadas indonésias estão a praticar. «Apelo à consciência dos políticos para pensarem que estão a matar população indefesa. Apelo aos generais indonésios para sentirem que já basta», afirmou.

Apesar do cenário de horror, mesmo assim, Xanana disse estar «pronto para trabalhar com o Governo indonésio para levar a paz a Timor» e para se encontrar com políticos, governantes, intelectuais e a juventude da Indonésia para que todos reconheçam que «já bastam 24 anos de sofrimento de um povo pequeno, que somente lutou pelo seu direito à autodeterminação».

José Ramos-Horta apelou também para uma intervenção urgente e sem o acordo da Indonésia com vista a salvar milhares de vidas em Timor-Leste. O vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência

Timorense (CNRT) referiu que a situação no território «é pior do que no Kosovo, ou que na Bósnia». Os actos de violência, acrescentou, são «orquestrados e instigados pelos sectores mais radicais do exército indonésio», razão pela qual pediu «sanções económicas» contra o regime de Jacarta. «É preciso estabelecer um embargo de armamento e bloquear os financiamentos oriundos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional», disse Ramos-Horta. O mesmo responsável timorense convidou os turistas a boicotar a Indonésia, assinalando que «as principais cadeias de hotelaria são controladas pelas forças armadas indonésias».

Um dos ataques que mais indignaram a comunidade internacional aconteceu contra a residência do bispo de Díli, D. Ximenes Belo. Pouco depois de ter chegado a Darwin, na Austrália, terça-feira, em conferência de Imprensa, o bispo relatou o terror vivido pelos refugiados que se encontravam na sua residência no momento do ataque. «Ficámos no jardim e tentámos enfrentar a triste realidade. Eram muitos os gritos e as lágrimas», disse aos jornalistas.

Deportações forçadas em Timor

No final de terça-feira, as notícias que chegavam de Timor-Leste continuavam a ser escassas e contraditórias. No entanto,

sabe-se que o território viveu novamente em desespero nos primeiros dias de aplicação da lei marcial.

O Comité Internacional da Cruz Vermelha fala de «uma deportação forçada» de 50 a 60 mil timorenses para Timor Ocidental, situação esta confirmada por Ian Martin, chefe da UNAMET e que surgiu em reacção ao anúncio de que Jacarta ia enviar aviões e barcos para evacuar os refugiados. Para o vice-presidente da Fretilin, Mari Alkatiri, os timorenses estão a ser executados em massa na parte ocidental da ilha. A resistência no exterior, como João Carrascalão, fala mesmo na repetição do genocídio que se seguiu à invasão da Indonésia em 1975 e que terá provocado 200 mil mortes até 1979. Em Díli, a segurança da UNAMET - onde se encontram 355 funcionários internacionais e locais da ONU e milhares de refugiados timorenses - passou a ser feita pelo exército indonésio, que substituiu a polícia. Porém, esgotadas as reservas e cortada a água e a luz, a missão das Nações Unidas poderá estar na iminência de abandonar a capital timorense, apesar das afirmações de que a UNAMET permanecerá no território.

Nos últimos dias, fala-se na fuga de freiras da clínica de Motael em Díli, da prisão do administrador de Suai que se recusou a matar compatriotas seus e de muitas outras histórias de horror.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

O secretário de Estado da Administração Educativa assegurou no dia 6, em Coimbra, que a maioria das escolas está em condições de iniciar o novo ano lectivo «com toda a tranquilidade».



Guilherme d'Oliveira Martins falava no final de uma reunião com o director regional de Educação do Centro, Rui Santos, em que também participou a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente.

«O ano lectivo está devidamente preparado para começar com toda a tranquilidade», frisou Oliveira Martins, referindo que, no caso concreto da Região Centro, «não há atrasos nas escolas» com vista à abertura.

Nos últimos anos, segundo o governante, registou-se um «aperfeiçoamento significativo e mesmo adiantamento» nos concursos e processos de colocação de professores.

O secretário de Estado adiantou que pelo menos 95 por cento dos docentes das escolas (níveis secundário e antigo preparatório) se encontram já colocados. Guilherme d'Oliveira Martins lembrou ainda que a autonomia administrativa das escolas do primeiro ciclo «é um dado novo».

E foi neste contexto que Ana Benavente afirmou que estes estabelecimentos poderão optar por horários lectivos com «alguma flexibilidade», rompendo com uma longa «tradição» de permanência das crianças na sala de aulas num período fixo do dia.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, presidiu, no dia 7, no Porto, à assinatura de protocolos de transferência de quase 380 mil contos (1,74 milhões de euros) para associações nortenhas.

O governante assistiu, no Governo Civil do português, à entrega de 212 mil contos a várias associações do distrito, nomeadamente às fundações Portugal-África e Cupertino de Miranda, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras e Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro.

As verbas destinam-se a participar

obras de recuperação ou ampliação de instalações.

Posteriormente, na Câmara de Valongo, o secretário de Estado presidiu à cerimónia de assinatura de um contrato-programa orçado em mais de 205 mil contos e participado em 50 por cento pelo Estado para a execução de redes de espaços multiusos em Alfena, Sobrado e Cam-
po.



José Augusto Carvalho seguiu posteriormente para Gondomar, onde presidiu à entrega de 60 mil contos à Banda de Música de Melres, para a construção de uma nova sede.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, indicou a Expomor como um «exemplo de que a agricultura e a pecuária têm futuro em Portugal».



Capoulas Santos falava aos jornalistas, no dia 4, em Montemor-o-Novo, após inaugurar a Expomor, um dos mais importantes certames nacionais de ovinos e bovinos, e antes de assistir à corrida de touros comemorativa dos 500 anos da capela de Nossa Senhora da Visitação e da Santa Casa da Misericórdia da cidade.

«Esta é uma demonstração de vitalidade na área da pecuária, apesar dos problemas com que o sector se tem defrontado», sublinhou, ao visitar a exposição de gado.

Capoulas Santos reiterou ainda o empenho do Governo socialista na construção

da Barragem dos Minutos, em Montemor-o-Novo, indicando que estão a ser concluídos os trabalhos para adjudicar a obra.

«Esta fase é muito demorada, tanto mais que concorreram 15 das maiores empresas portuguesas», adiantou o ministro, pre-
vedo ainda para este mês a divulgação do vencedor do concurso.

Um dia antes, em Peniche, o governante dera garantias de que «os stocks de sardinha portugueses estão controlados».

O ministro sublinhou que «o principal pilar da política de pescas é a pesca responsável ou auto-sustentável e não se pode fazer capturas que ponham em causa o ciclo biológico, por isso temos investido na investigação».

AMBIENTE

O secretário de Estado adjunto da ministério do Ambiente, Ricardo Magalhães, sublinhou, no dia 3, em Condeixa-a-Nova, a necessidade de racionalizar o consumo de água e preservar a sua origem, visto tratar-se de um «recurso limitado».



Ricardo Magalhães falava na cerimónia de assinatura de um contrato-programa que vai permitir a melhoria da rede de abastecimento de água deste concelho vizinho de Coimbra.

Na cerimónia - em que participou também o secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, Fausto Correia - Ricardo Magalhães defendeu a prossecução, nas sedes de concelho, de uma política que associe o desenvolvimento urbano à qualidade.

«Nas nossas sedes de concelho tem de se verificar o casamento do Sr. Urbano, denso e pesado, com a Sra. Qualidade, bonita e exigente», preconizou o secretário de Estado.

Ao utilizar esta imagem para sublinhar a importância de um desenvolvimento urbano equilibrado, o governante realçou que tal «casamento» exige «um grande namoro» pois, se acontece de uma forma demasiado rápida, «depressa as partes se divorciam».

O contrato firmado na passada sexta-feira entre a autarquia e o Instituto Nacional da Água (INAG) financia em 50 por cento a construção de dois novos reservatórios e de uma conduta adutora, infra-estruturas que permitem o aumento da taxa de abastecimento no município.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Executivo socialista pretende ter metade das cidades do País digitalizadas, dentro de seis anos, merecendo na escala europeia a designação de cidades digitais. A garantia foi dada, no passado dia 3, em Portalegre, pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago.



O governante discursava na Escola Superior de Educação de Portalegre, no decorrer de uma reunião sobre o projecto «Portalegre Distrito Digital».

O ministro considera que a questão da digitalização e ligação em rede de informação é «crítica», porque é realmente «difícil utilizar esses meios técnicos em benefício de todos».

«Mais difícil ainda é para as regiões, cidades e pessoas, que potencialmente mais precisam dessas condições e que têm menos recursos e menos capacidade de utilização desses meios», acrescentou Mariano Gago.

O governante considera ainda que não é possível imaginar que um país se desenvolva nesta matéria sem «um fortíssimo empenhamento do Estado e de todas as entidades públicas e privadas que constituem a sua rede social e económica».

CULTURA

O Governo vai propor à Comissão Europeia um aumento substancial das verbas destinadas à cultura portuguesa no III Quadro Comunitário de Apoio, afirmou na passada quinta-feira, dia 2, no Porto, o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho. O governante adiantou que a proposta do Executivo socialista prevê que as verbas para o património cresçam dos oito milhões de contos (40 milhões de euros) inscritos no II QCA para 30 milhões de contos (150 milhões de euros).

Os aumentos deverão ainda repercutir-se no teatro - cuja dotação passará de 800 mil contos (quatro milhões de euros) para dez milhões de contos (50 milhões de euros) - e nos museus - de 4,5 milhões de contos (22,5 milhões de euros) para 26 milhões de contos (130 milhões de euros). Carrilho falava na cerimónia de assinatura de protocolos com 16 municípios da Região Norte para o desenvolvimento da rede de arquivos municipais.

Na sequência destes protocolos, o Ministério da Cultura e o Instituto dos Arquivos

PELO PAÍS

Governação Aberta

Nacionais/Torre do Tombo participaram com quase 769 mil contos (3,845 milhões de euros) um investimento total de quase 2,4 milhões de contos (12 milhões de euros).



derou atravessar um «patamar de normalidade» educativa, entrarão ao serviço duas novas escolas: uma básica integrada em Martinlongo, e uma outra dedicada ao 3º ciclo, em Vila Nova de Cacela.

Como sintoma de «funcionalidade curricular», o titular da pasta da Educação salientou que 80 por cento das escolas algarvias se encontram integradas em agrupamentos, alguns dos quais - à semelhança do que sucede no Alentejo - correspondem à área dos concelhos em que se integram.

Como factores inovadores do próximo ano escolar no Algarve, sublinhou a generalização do ensino da música no 1º ciclo, o ensino precoce de uma língua estrangeira a dois mil alunos do ensino básico e a extensão da educação física a 16 mil dos 17 mil alunos que integram o 3º ciclo nas escolas do distrito de Faro.

EMPREGO E FORMAÇÃO

O secretário de Estado do Emprego e da Formação, Paulo Pedroso, disse, no dia 2, em Sedielos (Peso da Régua), que os próximos Orçamentos de Estado vão continuar a ter um «forte investimento no apoio domiciliário a idosos e no aumento da rede de centros comunitários».



«A ideia de pequenos centros comunitários espalhados pelo País, que não são obras de fachada mas obras orientadas para servir muitas pessoas», juntando idosos e crianças e permitindo um contacto entre gerações, «é uma aposta a seguir no futuro», afirmou Paulo Pedroso.

O governante acrescentou que «o apoio aos centros comunitários vai continuar no próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) através do Programa de Formação, Emprego e Desenvolvimento».

Paulo Pedroso falava no final da cerimónia de inauguração do Centro Comunitário da Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos, Peso da Régua, que vai servir 40 idosos (20 em apoio domiciliário) e 70 crianças.

O centro comunitário custou 74 mil contos (370 mil euros), dos quais 67 por cento foram comparticipados pelo Estado.

O secretário de Estado do Emprego e da Formação inaugurou ainda, no distrito de Vila Real, os centros comunitários da Casa do Povo de Pegarinhos, Alijó, e da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de

Parada do Pinhão, Sabrosa, terminando a visita com a inauguração do Mini-Lar da Associação Miguel Torga, em São Martinho de Anta.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Agro-Alimentar, Luís Vieira, presidiu na sexta-feira, dia 3, em Faro, à assinatura de contratos-programa no valor de 1,2 milhões de contos para a modernização do sector agro-industrial do Algarve.

Mais de 1 800 agricultores serão, directa ou indirectamente, beneficiados através da construção de duas centrais hortofrutícolas, a modernização de uma central hortofrutícola e de uma cooperativa e a modernização do aproveitamento de desperdícios de uma fábrica de sumos. Segundo Luís Vieira, o Governo apostou neste sector definindo-o como prioritário porque, « se trata de um sector com

potencialidades que a nível de produção não tem limites, nem quotas a nível comunitário».

«São produtos que cada vez têm mais aceitação no mercado, fruto da dieta alimentar dos consumidores europeus que preferem produtos hortofrutícolas», disse ainda o secretário de Estado.

Com investimentos na ordem dos 60 milhões de contos no sector, o Executivo socialista, segundo Luís Vieira, inverteu a tendência de abandono que se verificava, originado plantações de mais de 20 mil hectares de novas árvores de fruto, oito mil hectares de frutos secos, tendo apostado também na organização dos produtores (80 associações) e na modernização da transformação e comercialização.

«É uma aposta feita na integração do sector hortofrutícola que tem vantagens competitivas na agricultura portuguesa que irá fazer com que o rendimento dos agricultores seja beneficiado», acrescentou.

Após a assinatura dos acordos, o ministro salientou que a cerimónia se insere na estratégia de descentralização do seu ministério, «a bandeira da política cultural portuguesa».

EDUCAÇÃO

A substituição da última escola com pavilhões pré-fabricados do Algarve será uma realidade logo no início do próximo ano lectivo, a 20 de Setembro.



A garantia foi dada, no dia 3, em Faro, pelo ministro da Educação, Marçal Grilo.

Trata-se da Escola Básica Afonso III, de Faro, dedicada aos 2º e 3º ciclos, constituída por uma pequena parcela das 350 salas de aula em pré-fabricados, um pouco por todo o País, e que Marçal Grilo prometeu erradicar até 2004.

O ministro, que na sexta-feira se reuniu em Évora e Faro com os directores regionais de Educação do Alentejo e Algarve, assegurou que todas as escolas dos ensinos básico e secundário das regiões entrarão em actividade até ao próximo dia 20 de Setembro.

Após a reunião de Faro, o governante frisou que na maioria das escolas alentejanas e algarvias as aulas terão início entre 13 e 17 deste mês, abrindo as restantes na segunda-feira seguinte, dia 20.

No Algarve, região que Marçal Grilo consi-



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 2 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que aprova o novo Código dos Valores Mobiliários;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico que reestrutura e reorganiza as entidades gestoras de mercados de valores mobiliários regulamentados e não regulamentados e as entidades que prestam serviço relacionados com a gestão desses mercados;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de saneamento do Lis, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós;
- Um decreto-lei que define o âmbito do serviço universal de telecomunicações e estabelece os respectivos regimes de fixação de preços e de financiamento;
- Um decreto-lei que regula a transmissão e recepção de documentos por telecópia nos serviços dos registos e do notariado;
- Um decreto-lei que regula a mobilidade de professores do quadro de nomeação definitiva das escolas dos 2º e 3º ciclos para exercício de funções em estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Defesa;
- Um decreto-lei que regulariza as situações especiais estabelecendo medidas complementares de integração de pessoal e de descongestionamento de efectivos, indispensáveis ao completo esvaziamento do Quadro de Efectivos Interdepartamentais, e aperfeiçoa e simplifica os procedimentos de gestão e colocação do pessoal em situação de inactividade;
- Um decreto-lei que redefine o regime de integração na Administração Pública do pessoal oriundo de Timor, vinculado ao Estado ou aos corpos administrativos daquele território, e estabelece condições especiais para a respectiva aposentação;
- Um decreto-lei que define o estatuto jurídico da Unidade de Luta Contra a Evasão Fiscal e Aduaneira (UCLEFA), nomeadamente, nos domínios da composição e do funcionamento dos seus órgãos, tendo em consideração a experiência de trabalho adquirida desde a sua criação;
- Um diploma que altera o decreto-lei que criou o Sistema Nacional de Busca e Salvamento Marítimo e o decreto-lei que criou o Sistema Nacional de Busca e Salvamento Aéreo;
- Um decreto-lei que estabelece um regime especial de pagamento voluntário de contribuições com efeito retroactivo, relativo a períodos de exercício de actividade profissional por conta de outrem, ou por conta própria, no território de Macau;
- Um decreto-lei que altera o regulamento da higiene dos géneros alimentícios aprovado pelo decreto-lei n.º 67/98, de 18 de Março;
- Um diploma que altera a resolução do Conselho de Ministros n.º 179/96, de 31 de Outubro, que define a distribuição da receita bruta da venda de cartões nas salas de jogo do bingo cujos concessionários não sejam clubes desportivos;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas;
- Um decreto-lei que estabelece o regime de inscrição no cadastro dos estabelecimentos comerciais;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece as regras a observar no plantio e na cultura da vinha;
- Um decreto-lei que estabelece as condições aplicáveis ao trânsito de electricidade entre as grandes redes de transporte, transpondo para o direito nacional a directiva comunitária correspondente;
- Um diploma que altera o decreto-lei que exige a certificação dos varões de aço para betão armado;
- Um diploma que altera a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Um decreto-lei que altera os estatutos do Instituto de Gestão de Crédito Público (IGCP), aprovados pelo decreto-lei n.º 160/96, de 4 de Setembro;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias;
- Um decreto-lei que cria a Zona de Turismo de Loures;
- Um diploma que altera a Lei Orgânica dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona do Núcleo Histórico de Tomar, no município de Tomar, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Tomar;
- Um decreto que aprova o Acordo por Troca de Notas de 22 de Junho de 1999, que altera o Acordo por Troca de Notas Sobre Vistos entre o Governo da República Portuguesa e o Governo dos Estados Unidos da América;
- Um decreto que aprova o Acordo por Troca de Notas entre a República Portuguesa e a República Eslovaca, da Estónia e Letónia sobre Supressão de Vistos;
- Um decreto que aprova o Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Lisboa em 19 de Fevereiro;
- Um decreto que aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha em matéria de perseguição transfronteiriça, assinado em Albufeira em 30 de Novembro de 1998;
- Um decreto que aprova o Protocolo Modificativo do que institui o Prémio Camões, assinado em Lisboa, em 17 de Abril de 1999.

DESTAQUE – CM

Telecomunicações

DEFINIDO ÂMBITO DO SERVIÇO UNIVERSAL

O equipa governativa chefiada por António Guterres definiu, no passado dia 2, em Lisboa, durante a reunião de Conselho de Ministros, o âmbito do Serviço Universal de Telecomunicações, estabelecendo igualmente os respectivos regimes de fixação de preços e de financiamento.

O processo de progressiva liberalização das redes e serviços de telecomunicações implica a garantia do Estado de assegurar a existência e disponibilidade do serviço universal de telecomunicações (SU) que compreende o conjunto de obrigações específicas inerentes à prestação de serviços de telecomunicações de uso público endereçadas - destinados ao público em geral e em que a informação/comunicação é enviada a um ou mais destinatários predefinidos - visando a satisfação de necessidades de comunicação da população e das actividades económicas e sociais no todo do território nacional, em termos de igualdade e continuidade e mediante condições de adequada remuneração, tendo em conta as exigências de um desenvolvimento económico e social harmónico e equilibrado.

Do regime estabelecido por este diploma são de relevar o âmbito do SU, considerado como a ligação à rede telefónica fixa, num local fixo, e acesso ao serviço fixo de telefone a todos os utilizadores que o solicitem; a oferta de postos públicos, em número suficiente, nas vias públicas e em locais públi-



cos e a disponibilização de listas telefónicas e de um serviço informativo, que incluem os números de assinantes do serviço fixo de telefone e do serviço telefónico móvel.

Quanto ao prestador de SU, prevê-se que findo o prazo da designação inicial da Portugal Telecom, SA como prestador de serviço universal, este serviço possa ser fornecido por uma ou mais entidades, quer em função da distinção das prestações que o integram, quer pela repartição da sua prestação por zonas geográficas.

Relativamente aos preços do Serviço Universal (garantindo o princípio da acessibilidade dos preços) admite-se a possibilidade de sistemas de preços especiais ou diferenciados mais reduzidos em função de critérios geográficos e de categorias de serviços e de utilizadores, designadamente de utilizadores economicamente vulneráveis.

No concenente ao cálculo dos custos, os procedimentos e metodologias para o cálculo do custo líquido do SU decorrem de transposição literal dos critérios enumerados na respectiva directiva comunitária.

DESTAQUE – CM

Notariado

TELECÓPIAS NA MIRA

O Conselho de Ministros regulamentou, no passado dia 2, o processo de transmissão e recepção de documentos por telecópia nos serviços dos registos e do notariado

O decreto-lei aprovado pelo Governo socialista vem permitir que os serviços dos registos e do notariado (mediante despacho do respectivo director-geral) possam servir de intermediários em pedidos de certidões, a emitir por telecópia, de actos de registo e notariais, bem como de documentos arquivados em conservatórias ou cartórios notariais

As conservatórias do registo comercial podem ainda requisitar e receber por meio de telecópia certificados de admissibilidade de firma ou denominação. Assim, as certidões recebidas por telecópia passam a ter força probatória dos originais, desde que assinadas por funcionário competente do serviço receptor e autenticadas com o respectivo selo branco, o mesmo se aplicando aos certificados de admissibilidade de firma ou denominação, os quais podem ser assinados

por quem tenha competência delegada do conservador do serviço receptor.

Os documentos directamente recebidos por meio de telecópia nos serviços dos registos e do notariado de qualquer outro serviço público português interno, consular ou do território de Macau terão, pois, valor de certidão dos respectivos originais, desde que estes se encontrem arquivados no serviço emissor e este seja repartição pública ou depositário público autorizado. Por seu turno, os documentos transmitidos directamente por meio de telecópia pelos operadores que prestem serviço público de correios aos serviços dos registos e do notariado passam a ter valor de certidão dos respectivos originais, desde que o original do documento seja utilizado na própria transmissão, devendo tal facto ser expressamente mencionado.

Os operadores deverão verificar, pelo documento exibido e a transmitir, que o respectivo original está arquivado em repartição pública ou depositado em arquivo público autorizado (facto que deverá ser, também, expressamente mencionado).

DESTAQUE – CM

Valores mobiliários

NOVO CÓDIGO

O Governo socialista aprovou no passado dia 2, em Lisboa, o novo Código dos Valores Mobiliários.

O Código apresenta, relativamente ao que tem vigorado até agora (desde 1991), uma sistematização mais coerente e simplificada, ultrapassando incongruências e remissões de uma legislação progressivamente desactualizada, cuja concepção de valores mobiliários se baseava nos títulos de crédito e que assentava o seu sistema de registo no registo predial.

O novo quadro normativo para os Valores Mobiliários avança com importantes inovações:

Assim, os mercados de capitais passam a ser tratados como mercados globais, introduzindo no seu articulado normas de conflitos em várias matérias, reconhecendo sistemas de compensação internacional e clarificando o âmbito de aplicação das regras relativas às ofertas públicas.

O Código aprovado na passada reunião de Conselho de Ministros prevê criação do novo conceito de sociedades abertas (em substituição do anterior conceito de sociedades de subscrição pública) que engloba as constituídas através de oferta pública de subscrição; as emittentes de acções ou de outros valores mobiliários que confirmam direito à sua subscrição ou aquisição; as emittentes de acções que tenham sido alienadas em OPV ou de troca em quantidade superior a 10 por cento do capital social e as resultantes de cisão de uma sociedade aberta ou que incorpore,



por fusão, a totalidade ou parte do seu património.

O novo Código de Valores Mobiliários estabelece também e por sua vez um novo regime de imputação de direitos de voto que, para além dos direitos inerentes às acções de que o participante tenha a titularidade ou o usufruto, faz igualmente o cômputo dos direitos de voto detidos por terceiros

em nome próprio, mas por conta do participante, detidos por sociedade que com o participante se encontre em relação de domínio ou de grupo; detidos por titulares do direito de voto com os quais o participante tenha celebrado acordo para o seu exercício; e detidos, se o participante for uma sociedade, pelos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização.

Por seu turno, o participante pode adquirir direito de voto em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares ou por inerência de acções dadas em garantia ao participante ou por este administradas ou depositadas junto dele (caso os direitos de voto lhe tenham sido atribuídos ou lhe tenham sido conferidos poderes discricionários para o seu exercício).

O Código aprovado estipula ainda a distinção entre investidores institucionais e não institucionais (os chamados pequenos investidores), conferindo a estes últimos o direito de acção popular (representação conjunta em tribunal) e a simplificação das ofertas públicas de aquisição obrigatórias (pondo fim às actuais ofertas prévias), passando todas as OPA a ser subsequentes e alterando as percentagens dos direitos cuja obtenção implica forçosamente a OPA. Actualmente essa percentagem é de 50 por cento, mais um; passa a ser um terço ou metade dos direitos de voto (reais ou potenciais).

A regulamentação relativa à intermediação e criação de um sistema de mediação de conflitos e a inclusão de novos crimes: abuso de informação (utilização de informação privilegiada devido à sua posição de responsabilidade no processo); e manipulação do mercado (divulgação de informações falsas ou realização de operações de natureza fictícia), são outras das alterações à base jurídica que regula os valores mobiliários produzidas pelo novo Código.

DESTAQUE – CM

Mercados mobiliários

GESTÃO REESTRUTURADA

O Executivo socialista deu luz verde a um decreto-lei que aprova o regime jurídico que reestrutura e reorganiza as entidades gestoras de mercados de valores mobiliários regulamentados e não regulamentados e as entidades que prestam serviço relacionados com a gestão desses mercados.

A decisão foi tomada, no passado dia 2, em Lisboa durante a reunião de Conselho de Ministros.

No âmbito da reforma do sector do mercado de capitais, designadamente, com o novo Código dos Valores Mobiliários, este diploma vem reformular o regime de organização e gestão dos mercados de valores mobiliários, dotando-os de acrescidos níveis de eficácia, eficiência e competitividade.

Em termos de medidas de fundo inovadoras deste diploma importa salientar:

- Impõe às entidades gestoras de mercados de valores mobiliários, regulamenta-

dos e não regulamentados, a sua organização sob forma de sociedades anónimas, às quais é aplicável, no geral, o Código das Sociedades Comerciais e, em especial, as regras constantes do regime agora aprovado e o Código dos Valores Mobiliários.

- Atribui às instituições financeiras participantes no capital das actuais entidades gestoras a decisão - dentro do regime aprovado, e de acordo com os procedimentos e tempos agora fixados - sobre os contornos, em concreto, do modelo de funcionamento das novas entidades gestoras a constituir e, bem assim, da figuração da estrutura de entidades a constituir.

- Prevê que os associados das actuais entidades possam aprovar, por maioria qualificada, a constituição de novas entidades, através de uma mera transformação das actuais entidades em novas sociedades gestoras, com novas regras de funcionamento, de modo a garantir um processo simultaneamente seguro e

insusceptível de afectar o normal funcionamento dos mercados.

- Estipula um prazo de nove meses (depois da publicação do novo regime) para a transformação das actuais entidades gestoras em sociedades anónimas, prevendo, caso tal prazo não seja cumprido, mecanismos tendentes à protecção do normal funcionamento dos mercados até que sejam constituídas novas sociedades que os girem; (nomeadamente a intervenção do ministro das Finanças no sentido de regular os termos e as condições em que será promovida a constituição da nova sociedade ou das novas sociedades de capitais total ou maioritariamente privadas e de estabelecer as regras que assegurem, até à sua constituição, o funcionamento, sem sobressaltos, dos mercados).

- Cria as condições para a constituição de uma sociedade destinada a gerir um novo mercado especial de dívida pública que, em simultâneo com a sociedade, estará

em condições de receber a negociação da dívida pública;

- Contempla alguns aspectos do funcionamento das novas entidades, instituindo, nomeadamente, regras de supervisão prudencial, sobre a administração das sociedades, sobre a estrutura accionista ou em matéria de influência na gestão das sociedades.

- Com vista a assegurar os interesses patrimoniais do Estado prevê que a constituição de novas sociedades por transformação das existentes só possa ocorrer depois de entregue ao Estado um montante que acautele o reembolso do património das então existentes Bolsa de Valores de Lisboa e Bolsa de Valores do Porto que, em 1992, foi objecto de transmissão, a título gratuito, do Estado para as actuais associações privadas (o ministro das Finanças poderá estabelecer, por portaria, as regras a que obedecerá a resolução da vertente patrimonial do processo de transformação).

VITORINO PASSA COM DISTINÇÃO NA «PROVA ORAL»

O camarada António Vitorino superou no dia 3 com brilhantismo as três horas de audição na comissão do Parlamento Europeu correspondente à pasta que lhe foi atribuída no futuro executivo comunitário - Justiça e Assuntos Internos. No final da audição, e em consonância com o clima de «não-hostilidade» vivido durante o interrogatório, os eurodeputados estiveram reunidos a porta fechada e chegaram mesmo a acordo sobre o envio de uma carta de conclusões elogiosas sobre o desempenho de António Vitorino. O grupo do PPE (a que pertence o PSD) emitiu também uma nota em que manifestou «aprovação à designação» de Vitorino. «O comissário indigitado conseguiu demonstrar competência e uma visão aberta sobre assuntos particularmente sensíveis na sua exposição oral (...) e será, sem dúvida, um comissário ambicioso», pode ler-se no comunicado.

Apenas dois eurodeputados conservadores britânicos não concordaram com a apreciação feita pela comissão parlamentar das Liberdades, Direitos dos Cidadãos, da Justiça e Assuntos Internos, e insistiram para que as suas dúvidas fossem incluídas na avaliação que será entregue a presidente do PE, Nicole Lafontaine. Um dos eurodeputados, o conservador britânico Timothy Kirkhope, foi o autor da única interpelação feita a António Vitorino sobre as irregularidades fiscais por que foi investigado, e posteriormente ilibado, pela Justiça portuguesa, a propósito de um alegado não pagamento de impostos na compra de uma propriedade no Alentejo. Em resposta ao eurodeputado britânico, António Vitorino assegurou perante a comissão do Parlamento Europeu (PE) nunca ter praticado nenhuma irregularidade fiscal, tal como veio a ser concluído pela Procuradoria-Geral da República portu-



guesa, e que o seu entendimento sobre a idoneidade de quem exerce cargos públicos o levou mesmo a apresentar a demissão do cargo de ministro da Defesa, que desempenhava então.

«Quem está na vida política não pode sentir-se incomodado quando respeita o escrutínio democrático. Eu respeito-o e por isso não me senti incomodado», disse o comissário português indigitado que, confirmando a boa disposição em que decorreu esta audição pública, ironizou mesmo: «A única coisa que me preocupa neste momento é um dente que me dói».

Entretanto, o eurodeputado laranja Carlos Coelho interpelou Vitorino para que esclarecesse em que moldes lenciona relacionar-se futuramente com o seu partido político de origem, o Partido Socialista, tanto mais que a campanha eleitoral para as elei-

ções legislativas de 10 de Outubro vão começar em breve.

«Não negarei nunca a minha filiação política», disse o comissário português indigitado, que assumiu, porém, um compromisso: «Não tenho a intenção de me envolver em disputas partidárias no nosso querido país».

À excepção destes episódios, a audição pública a António Vitorino foi uma das mais distendidas realizadas até ao momento. O futuro comissário português apareceu bem disposto, respondeu a todas as questões, passou em revista os temas que, previsivelmente, serão dominantes na área sobre sua tutela e teve mesmo tempo de gracejar diversas vezes, provocando gargalhadas entre os eurodeputados - como quando garantiu: «Não me escondo por detrás de ninguém. Como sou baixo tinha

essa facilidade, mas não o farei».

«Foi uma audição que permitiu analisar em detalhe as políticas, assumir compromissos onde podia assumir, e construir uma relação de confiança entre a Comissão e o Parlamento Europeu», concluiu Vitorino.

O comissário português indigitado defendeu a elaboração de uma carta de direitos fundamentais para defender a «liberdade, segurança e justiça» no espaço da união, propôs a transparência, a protecção de dados pessoais e o equilíbrio de competências como os «corolários transversais» para atingir aquele desígnio.

Além disso, Vitorino preconizou um reforço de poder do tribunal de Justiça e um alargamento dos mecanismos de decisão e uma «relação estreita» entre o Parlamento e a Comissão, medidas que deveriam ser adoptadas já na próxima conferência intergovernamental, bem como a concretização plena no espaço comunitário das disposições consagradas no Tratado de Schengen, relativo a liberdade de circulação de pessoas - «quando penso no Tratado de Schengen penso num livro de Gabriel García Márquez: "O general no seu labirinto"».

Além disso, o membro indigitado do executivo de Romano Prodi estabeleceu ainda como objectivos a luta contra o crime organizado e o tráfico de droga, o combate contra a fraude e corrupção, uma intervenção sobre o problema da delinquência juvenil, uma atenção especial ao tema do «asilo e imigração».

Finda a «prova oral» que antecede a avaliação final que conduzirá (ou não) o colégio de comissários de Romano Prodi aos seus respectivos lugares, António Vitorino fica, desde já, com a convicção de que não será pelo seu desempenho que o executivo comunitário será reprovado pelos parlamentares de Estrasburgo.

CENTRISMO DE SCHROEDER MAIS UMA VEZ PENALIZADO NAS URNAS

O centrismo do chanceler Gerhard Schroeder foi mais uma vez penalizado nas urnas. Depois das eleições europeias, o SPD dirigido por Schroeder há pouco mais de seis meses sofre um novo revés eleitoral. Nas eleições realizadas nos estados federados do Sarre e Brandeburgo, o SPD foi derrotado nestes seus tradicionais bastiões.

No Sarre o SPD perdeu a maioria para a CDU, enquanto no Brandeburgo vai ter de



se coligar com os democratas-cristãos ou com os comunistas renovados.

Confessando-se «triste e desapontado», o chanceler e presidente do SPD, Gerhard Schroeder, começa a ser contestado no interior do seu partido e não só pela ala esquerda.

Os seus camaradas de partido que chefiavam os governos regionais no Sarre e no Brandeburgo não hesitaram em referir o seu nome ao atribuir-lhe as culpas por estas derrotas.

O centrismo taticista, a colagem às teses neoliberais, o abandono de alguns dos principais valores sempre actuais da social-democracia que caracterizam o chamado Novo Centro de Schroeder parecem não estar a surtir efeito.

Uma inversão de marcha é necessária. Que estes resultados negativos sirvam ao SPD para uma reflexão profunda sobre a necessidade de um novo impulso da social-democracia e dos seus valores.

J. C. B.

COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

Com o rosto carregado pela agonia de Timor Lorosae, António Guterres chegou a Tânger, Reino de Marrocos, para uma cimeira com o chefe do Executivo marroquino onde as palavras de ordem foram «cooperação» e «solidariedade».

O primeiro-ministro, António Guterres, nas breves declarações que proferiu no encerramento da cimeira luso-marroquina, sublinhou o «carácter excepcional e exemplar» da cooperação bilateral Portugal/Marrocos, sem deixar de reconhecer que, apesar disso, «as relações económicas são muito reduzidas».

O chefe de Governo português, que falava aos jornalistas, no dia 7, em Tânger, exortou para uma evolução do relacionamento luso-marroquino em todos os domínios, não só a nível de Estado, mas também da sociedade».

Guterres destacou as áreas da cultura e da economia, apontando a realização da exposição sobre o património histórico comum, inaugurada na noite de segunda-feira, dia 6, em Tânger, e a «presença crescente» de empresas portuguesas em Marrocos (33 actualmente) como exemplos de cooperação.

No âmbito cultural, os dois países preparam-se para organizar em conjunto um colóquio internacional sobre influências recíprocas.

Este evento poderá coincidir com a cimeira programada para o próximo ano. Entretanto e antes do final de 1999 deverá ser constituída, em Portugal, a respectiva comissão científica.

Depois das deslocações de peritos portugueses a Marrocos, realizadas durante este ano, com vista à salvaguarda e recuperação de monumentos lusos em Safi e em El Jadida (antiga Mazagão), seguir-se-á uma nova missão, desta vez a Ksar el Kebir.

Portugal e Marrocos decidiram ainda publicar um livro sobre o referido património cultural no quadro de um programa europeu, baseando-se numa história multissecular comum, que passa por influências recíprocas a nível da língua, cultura, arquitectura, música, dança e gastronomia, entre outros.

A criação de um Centro de Documentação em El Jadida foi outra das decisões saídas também desta cimeira em Tânger.

Acordos migratórios

No sector administrativo e interno, a cimeira luso-marroquina foi pano de fundo para a oficialização de todo um conjunto de medidas relevantes.

Assim, os responsáveis pelos assuntos internos de Portugal, Jorge Coelho, e de Marrocos, Driss Basri, assinaram, na terça-feira, em Tânger, um acordo sobre controlo fronteiriço e migratório, visando o combate



à emigração clandestina, ao crime organizado, ao terrorismo e ao tráfico de droga. O ministro da Administração Interna português e o ministro do Interior marroquino decidiram ainda desenvolver a cooperação no domínio da protecção civil e criar comissões conjuntas para estabelecerem um programa de trabalho entre os respectivos ministérios.

As comissões deverão finalizar os projectos de acordo de cooperação sobre autorização de residência e sobre desembarque de pescadores.

Recorde-se que, presentemente, os pescadores estrangeiros são obrigados a ficar nos respectivos navios quando estes atracam em portos internacionais para se abastecer, situação que será facilitada, com a dispensa de algumas formalidades, quando os dois países assinarem o respectivo acordo, na próxima cimeira, em 2000, ou por ocasião da esperada visita de Driss Basri a Portugal, ainda este ano.

Investimentos portugueses são bem-vindos

No campo económico, o primeiro-ministro marroquino, Abderrahmane Youssofi, aproveitou a visita do seu homólogo para saudar a presença de empresas portuguesas no país, apontando o caso da Portugal Telecom (PT) como «um grande investimento que abre boas perspectivas» para outros negócios.

Youssofi, que falava na conferência de Imprensa conjunta - com António Guterres - de encerramento da quinta cimeira luso-marroquina, em Tânger, manifestou assim o interesse de Rabat em reforçar o papel dos empresários portugueses nos projectos de desenvolvimento planeados por Marrocos.

Os autores da declaração final da cimeira reafirmaram a existência de «numerosas

oportunidades» para dinamizar as trocas comerciais e parcerias entre os operadores económicos dos dois países.

Numa tentativa de criar condições favoráveis a esse objectivo, as delegações ministeriais portuguesa e marroquina, chefiadas respectivamente pelos ministros Pina Moura (Economia e Finanças), anunciaram a criação de um grupo de trabalho de altos funcionários dos seus ministérios e dos do Comércio e Indústria.

O grupo fará o acompanhamento técnico das medidas e acções susceptíveis de promover a cooperação económica e financeira.

Os governos de Portugal e Marrocos visam ainda «encorajar as parcerias entre empresas e gabinetes de estudo dos dois países e favorecer o investimento privado e público português em projectos de infra-estruturas públicas, rodoviárias, hidráulicas, portuárias e de auto-estradas».

Neste contexto, aponta-se a necessidade de passar à prática o protocolo de acordo de financiamento da auto-estrada Sidi El Yamani-Tânger, assinado em 1997.

Entre os grandes projectos foi referido o caso da barragem de Ait Hammou (Agadir), em cujo financiamento Marrocos quer que Portugal participe.

Pina Moura e Fathallah Oualalou oficializaram, durante a cimeira de Tânger, um protocolo de parcerias entre pequenas e médias empresas (PME) e pequenas e médias indústrias (PMI) de dez milhões de euros para financiar a aquisição de bens e serviços de origem portuguesa por parte das pequenas sociedades marroquinas e para incentivar a constituição de empresas mistas.

Solidariedade luso-marroquina

Recordando que Portugal assumirá a presidência da União Europeia (UE) em 2000,

Guterres manifestou a vontade de Portugal em se «solidarizar com Marrocos» nos esforços para fazer da bacia mediterrânica «um espaço de paz e desenvolvimento».

António Guterres garantiu que a presidência portuguesa dará um novo impulso ao Processo de Barcelona e saudou o empenho dos marroquinos na criação da União do Magrebe Árabe.

Quanto ao polémico assunto das pescas, o primeiro-ministro português considerou «compreensível» a preocupação do governo marroquino relativamente à protecção de certas espécies, afirmando, contudo, que é «ridícula» a dimensão da frota portuguesa «na totalidade do problema».

Enquanto Portugal tem a pescar em águas de Marrocos 31 embarcações, o número de barcos espanhóis ascende a mais de quatro centenas.

Em memória de Hassan II

O primeiro-ministro português, António Guterres, chegou a meio da tarde de segunda-feira, dia 6, a Tânger para a cimeira anual Portugal/Marrocos, que não quis adiar como «homenagem» ao antigo soberano marroquino, Hassan II.

Em breve declaração à chegada, Guterres declarou que a cimeira se realiza num «momento triste» para Portugal, por causa da situação vivida em Timor Leste, mas que entendeu não a adiar em homenagem a Hassan II, «um grande amigo de Portugal».

«Marrocos é um dos três países, com Brasil e Espanha, com que Portugal mantém cimeiras anuais», salientou.

Por seu turno, o primeiro-ministro marroquino, Abderrahmane Youssofi, agradeceu às autoridades portuguesas o acompanhamento prestado ao seu «jovem rei», Mohammed VI - com quem o chefe do Executivo lusitano se avistou terça-feira à tarde -, e ao povo marroquino depois da morte do soberano em Julho passado.

Guterres, que co-presidiu à cimeira com Youssofi, incluiu na sua comitiva os ministros da Administração Interna, Jorge Coelho, da Economia, Pina Moura, da Agricultura, Capoulas Santos, do Equipamento, João Cravinho, e os secretários de Estado das Pescas, José Apolinário, dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, e da Cultura, Catarina Vaz Pinto.

A visita do primeiro-ministro português a Marrocos para participar na cimeira foi abreviada devido à situação em Timor Lorosae, que obrigou tanto o governante como praticamente toda a Imprensa portuguesa a constantes contactos telefónicos com Lisboa.

Tema da maior parte das conversas, tanto da Comunicação Social como da delegação ministerial portuguesa, a nobre e justa causa do povo maubere não despertou interesse entre os jornalistas marroquinos que cobriram a cimeira.

AMBIENTE

Barragem de Odelouca

ABERTO CONCURSO PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO

A briu já o concurso público internacional para a elaboração do projecto de construção da Barragem de Odelouca, a montante da ribeira de Monchique.

A notificação foi feita, no passado dia 6, pelo Ministério do Ambiente.

O concurso público internacional para a elaboração do projecto, lançado através do Instituto Nacional da Água (INAG), surge na sequência da opção escolhida pela ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, no segundo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) efectuado.

«Entre as três hipóteses previstas no EIA, a escolhida pela governante é aquela que não tinha ainda projecto elaborado e que se situa a montante da confluência das ribeiras de Odelouca e Monchique», disse Pedro Sousa, presidente do INAG, explicando a necessidade da abertura do concurso público internacional.

Com efeito, no segundo estudo realizado, o EIA apontava três hipóteses, optando a ministra por aquela que minimiza mais as consequências para o ambiente e que recolhe água apenas da ribeira de Odelouca. A escolha de Elisa Ferreira continua a garantir o abastecimento de água às populações, principal objectivo da barragem a construir.

De acordo com o EIA, a decisão tomada, salvaguarda os habitats ribeirinhos situados ao longo da ribeira de Monchique, com



vantagens para diversas espécies, em particular para o núcleo de ocorrência provável de reprodução do linco-ibérico e aves de rapina, como a águia Bonelli.

Por outro lado, esta opção salvaguarda a Fonte Santa, as áreas agrícolas da Foz da Câmara e Pardeiro, permitindo a manutenção da continuidade ecológica e a preservação do vale da Ribeira de Monchique, de elevado valor paisagístico.

A barragem de Odelouca faz parte do sis-

tema hidráulico Odelouca-Funcho, que tem já construídas a barragem do Funcho e o adutor Funcho-Alcantarilha, faltando concretizar a barragem de Odelouca e o túnel de interligação Odelouca-Funcho, cujo objectivo é o fornecimento de água de qualidade a sete concelhos algarvios. No total, o investimento rondará os 13 milhões de contos, dos quais oito milhões de contos destinam-se à construção da barragem, cinco milhões ao túnel de

interligação Odelouca-Funcho e o restante à execução de medidas minimizadoras de impacte ambiental.

De acordo com Pedro Sousa, o túnel de interligação Odelouca-Funcho tem já concluído o respectivo projecto, devendo o concurso público internacional para a sua construção ser lançado em breve.

Segundo o Projecto do Sistema Global de Abastecimento de Água ao barlavento algarvio, com um horizonte temporal até 2025, as necessidades de água para abastecimento rondam os 75 hectómetros cúbicos por ano.

Tendo em vista a degradação dos aquíferos subterrâneos da região algarvia e a sua insuficiência em anos críticos, a substituição destes por águas de superfície como fonte de abastecimento ficará assegurada com a construção deste empreendimento.

Servindo os concelhos de Albufeira, parte ocidental de Loulé, Lagoa, Silves, Portimão, Lagos e Vila do Bispo, a obra deverá estar concluída num prazo de quatro anos e o primeiro enchimento da Barragem de Odelouca deve ocorrer na estação húmida do ano 2005-2006.

Com os sistemas hidráulicos Odeleite-Beliche e do Funcho, já construídos, a barragem de Odelouca e o túnel de interligação Odelouca-Funcho fecham o sistema base de abastecimento de água de qualidade a Região do Algarve.

HABITAÇÃO

RECRIA

RECUPERADOS MAIS DE 19 MIL FOGOS

O IGAPHE investiu 13,4 milhões de contos em 11 anos no apoio à recuperação de mais de 19 mil fogos de rendas antigas, no âmbito do RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados.

Os últimos dados do RECRIA dizem respeito a obras de recuperação ou conservação em 3.790 edifícios de propriedade privada.

Por seu turno, os 42 municípios abrangidos pelo programa, nomeadamente Almada, Amadora, Coimbra, Funchal, Guimarães, Lisboa e Vila Franca de Xira, investiram cerca de nove milhões de contos.

O valor médio das obras, por fogo, situa-se nos 2773 contos, a que corresponde um valor médio da comparticipação do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, IGAPHE, de 1.130 contos, a fundo perdido.

A funcionar desde 1988, o RECRIA contribui desde então para a reabilitação dos centros urbanos e para a melhoria da qualidade de vida dos que habitam em imóveis degradados ou em vias de degradação.

O IGAPHE, entidade a quem cabe a gestão do RECRIA, concedeu, em colaboração com os municípios, apoio financeiro aos proprietários, senhorios e inquilinos interessados na preservação do património habitacional arrendado.

A recuperação habitacional do património edificado representa no entanto, em Portugal, apenas sete por cento do volume de negócios do sector da construção civil, percentagem que na Europa ascende a 35 por cento, de acordo com o presidente do IGAPHE.

Carlos Botelho diz que esta realidade é tanto mais estranha quando se sabe que é muito mais barato conservar do que construir de raiz.

AGRICULTURA

Pinheiros

DOENÇA CONFIRMADA MAS CIRCUNSCRITA

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, confirmou, no passado sábado, dia 4, que foi detectada a existência de uma «doença dos pinheiros» em Setúbal, mas sublinhou que a mesma está circunscrita.

O governante, que presidia a abertura da «Expomor», em Montemor-o-Novo, um dos mais importantes certames nacionais de ovinos e bovinos, confirmou que uma equipa da Universidade de Évora detectou, na Península de Setúbal, a «existência de nematodo do pinheiro em algumas árvores».

Capoulas Santos adiantou que, em parceria com o Ministério da Ciência, está a ser efectuada uma pesquisa na área que já se encontra circunscrita, além de estar a ser feita uma reconfirmação do diagnóstico efectuado pela Universidade de Évora.

O ministro acrescentou que, segundo algumas hipóteses levantadas, a causa terá estado, possivelmente, num caixote de

madeira contaminado, oriundo das obras da Expo'98, que foi deixado na área.

Relativamente a um possível embargo de Bruxelas a Portugal no comércio da madeira de pinheiro, Capoulas Santos ressaltou que, a existir, traria grandes prejuízos ao comércio externo português.

«Seria grave para o País e iria trazer alguns milhões de contos de prejuízos», disse. Porém, o governante frisou que «não passam de meras especulações».

A Comissão Europeia, após ser informada pelo Governo Português, decidiu enviar este mês uma missão de inspetores a Portugal para observar qual a gravidade da situação.

«Que venham, serão bem recebidos e auxiliados por nós para que com a maior seriedade e transparência se analise o problema», assegurou o ministro, sublinhando ainda que «não existe qualquer razão para receio. Está tudo numa fase muito inicial e as árvores afectadas já foram queimadas».

EQUIPAMENTOS

Inauguração de auto-estrada

LISBOA MAIS PERTO DE MADRID

O último troço que completa a ligação em auto-estrada Lisboa-Madrid foi inaugurado, no dia 3, em Elvas, pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, na presença dos chefes de Governo de Portugal e Espanha, António Guterres e José María Aznar, respectivamente.

Trata-se dos lanços Estremoz/Borba/Elvas, num total de 33 quilómetros que completam a ligação por auto-estrada Lisboa/Madrid, com um percurso de 230 quilómetros em território português e 400 em Espanha.

Durante a sessão, que decorreu numa tenda junto à praça da portagem, perto de Elvas, António Guterres salientou que Portugal e Espanha passaram «das cooperações pontuais a um planeamento conjunto das infra-estruturas e redes ibéricas».

Quando os dois chefes de Governo peninsulares tomaram posse, com poucos meses de intervalo, não havia nenhuma ligação em via rápida entre os dois países, depois disso foram concluídas as ligações Valença/Tui e Elvas/Badajoz.

«Para breve estão previstas as ligações Verim/Chaves, Aiamonte/Vila Real de Santo António e Cidade Rodrigo/Vilar Formoso, para o que Portugal tem neste momento em concurso ou em preparação 1 050 quilómetros de auto-estradas em 14 concessões», disse Guterres.

Para o primeiro-ministro português, sem um planeamento conjunto das infra-estruturas e sem uma gestão comum de redes entre os dois países ibéricos, Portugal não pode-



ria integrar o espaço europeu, sendo «a extrema periferia ocidental da Europa e não a sua plataforma atlântica».

José María Aznar, por seu turno, manifestou a esperança de que «a cooperação entre os dois países continue a fortalecer-se nos próximos anos, no âmbito das relações bilaterais e da presença comum na União Europeia, onde Portugal e Espanha têm tantos interesses comuns a defender».

A comissária europeia Monika Wulf Mathies, que no final seria condecorada por Jorge Sampaio com a grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique e também fez uma intervenção na sessão, lembrou a importância das redes rodoviárias, frisando: «a coesão continua no coração do modelo de sociedade europeia».

Terminada a cerimónia inaugural, e após a saída do Presidente da República, os primeiros-ministros de Portugal e Espanha dirigiram-se à Pousada do Castelo de Estremoz, onde almoçaram.

Entre as cerca de 250 personalidades presentes encontravam-se também os ministros do Fomento de Espanha, Arias Salgado, e da Educação e Planeamento de Portugal, Marçal Grilo e João Cravinho, o secretário de Estado das Obras Públicas de Itália, Mauro Fabris, governadores civis, presidente da junta da «Extremadura» espanhola, autarcas de Badajoz, Elvas, Borba, Estremoz e Vendas Novas, embaixadores dos dois países, Nuncio Apostólico, responsáveis máximos da PSP e GNR e presidentes dos tribunais supremos.

ECONOMIA

Sampaio defende

APOIOS PÚBLICOS E PRIVADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

O Presidente da República, Jorge Sampaio, sublinhou no dia 3 a importância da conjugação de apoios públicos e privados no sentido da internacionalização das empresas e da sua competitividade externa.

Na Marinha Grande, onde inaugurou o Centro Ricardo Gallo - que assinala o centenário da empresa vidreira com o mesmo nome -, Jorge Sampaio disse que o País «precisa de capacidade industrial forte», nomeadamente nas áreas em que os portugueses se tornaram «capazes».

«Essas são áreas de criação de emprego e de desenvolvimento no contexto internacional», assegurou o Presidente da República.

Acrescentou ser necessário «assegurar o desenvolvimento dos diversos sectores da economia», para o que é neces-



sária «capacidade tecnológica, inovação, diversificação de capitais e apoios do Estado».

«Tudo isso são apostas indispensáveis para que o tecido empresarial português seja fortalecido», disse.

Sampaio afirmou que «o futuro tem riscos, mas é sobretudo uma oportunidade».

Durante a inauguração do Centro Ricardo Gallo, o Presidente da República foi convidado para a cerimónia de inauguração de uma nova unidade fabril da empresa, a construir na Zona Industrial da Marinha Grande, e que deverá estar em funcionamento no ano 2001.

A actual unidade fabril tem ao serviço perto de 400 trabalhadores, constituindo uma das maiores empresas de vidro de embalagem do País, produzindo mais de um milhão de peças.

SEMANA DOS QUATRO DIAS PARA CRIAR MAIS EMPREGOS

Desde o passado dia 1 de Setembro que os funcionários públicos poderão optar por trabalhar apenas quatro dias por semana, correspondendo às aspirações governamentais de criar mais empregos na administração do Estado. Com a entrada em vigor da nova legislação, o Governo espera que os trabalhadores adiram ao novo regime de trabalho mas garante que não fará nenhuma campanha nesse sentido. O secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, disse que só depois de o processo estar em andamento será possível ter uma ideia da aceitação que a nova legislação vai ter. Fausto Correia lembrou o caso da Bélgica, em que, em quatro anos, 20 mil funcionários públicos optaram por trabalhar quatro dias por semana. «O que nos interessa é dar às pessoas a possibilidade de aderirem a este novo regime de trabalho, depois se verá o resultado», disse o secretário de Estado. Acrescentou que a decisão será sempre dos trabalhadores. Contudo, as estruturas sindicais da administração pública põem, como é natural, algumas reservas, duvidando principalmente que a semana de trabalho de quatro dias vá ter grande aplicação prática em Portugal dados os baixos salários do sector.



Luísa Costa, dirigente da Frente Sindical da Administração Pública (UGT), disse que o diploma que vai entrar em vigor corresponde ao que foi negociado com os sindicatos e reconhece-lhe alguns aspectos positivos, nomeadamente o facto de

este novo regime salvaguardar a contagem do tempo de serviço e os descontos para a Caixa Geral de Aposentações. Por enquanto, a sindicalista não tem conhecimento de trabalhadores que pretendam reduzir a sua semana de trabalho,

mas ressalva que esta é ainda uma época de férias.

«De qualquer forma não acreditamos que vá haver uma grande adesão porque os funcionários públicos ganham mal para poderem prescindir de 20 por cento do salário», argumentou.

Sindicatos aplaudem mas põem algumas reservas

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (CGTP) tem a mesma posição relativamente à aplicação prática do diploma, mas encontra-lhe mais aspectos negativos, como já é habitual.

Paulo Trindade alerta para o perigo de este novo regime de trabalho poder ser uma nova forma de precariedade e de mão-de-obra barata na função pública, alegando que os trabalhadores efectivos que aderirem ao sistema darão lugar a outros a contrato e a ganhar menos.

Esta é uma das preocupações a que o Governo estará atento, no âmbito de uma política de diálogo constante e permanente com os representantes dos trabalhadores.

A semana de quatro dias de trabalho vai funcionar com base no voluntariado, os trabalhadores não perderão quaisquer direitos ou regalias, e, por cada cinco que aderiram ao novo regime, será contratado um novo funcionário.

BRAGANÇA

Cartografia Digital e Astronomia

NOVO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA

O antigo edifício dos bombeiros deverá acolher o Centro de Ciência Viva sobre Cartografia Digital e Astronomia que o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) pretende instalar em Bragança, informou, no passado dia 30, uma fonte ministerial. Uma equipa de técnicos do programa «Ciência Viva», no âmbito do qual surge este projecto, desloca-se a Bragança na primeira quinzena deste mês para discutir com as entidades locais a criação do centro. No encontro será acordada com a Câmara de Bragança a localização do centro, para a qual a autarquia disponibilizou o antigo edifício dos bombeiros, situado na zona histórica da cidade, que se encontra abandonado e em adiantado estado de degradação. O local agrada às partes envolvidas por ser central, mas obriga a obras de adaptação que envolvem a alteração de todo o interior do edifício, do qual só será mantida a fachada exterior. O edifício do Banco de Portugal, que se



encontra em bom estado de conservação, é uma alternativa a antiga sede dos bombeiros.

Na deslocação a Bragança, os técnicos do MCT vão também encontrar-se com diversas entidades locais, nomeadamente o Instituto Politécnico de Bragança, entidade de

gere o programa «Bragança - Cidade Digital», para discutir a temática do Centro de Ciência Viva que se pretende envolva toda a comunidade.

A Cartografia Digital e Astronomia é o tema dominante apontado até agora, mas isso não significa que seja o único, pois estes espaços são dinâmicos, podendo variar de temática.

Ao contrário dos museus, os Centros de Ciência Viva não têm um espólio, são compostos por conteúdos científicos e tecnologia interactiva, destinados também a toda a população e, sobretudo, aos jovens.

Recorde-se que estes espaços são temáticos, normalmente de acordo com as características da região em que estão inseridos.

No entanto, isso não acontece em Bragança dada a vontade já expressa dos parceiros locais, que apresentaram como tema dominante a Cartografia Digital e Astronomia.

Na reunião ficarão também acordados os pressupostos para o arranque do projec-

to, a executar com o apoio do MCT, que cederá o equipamento e os conteúdos, devendo também apoiar as obras de adaptação do edifício.

As previsões apontam para que o Centro de Ciência Viva de Bragança esteja a funcionar dentro de um ano.

O propósito do programa é criar um centro de Ciência Viva em todos os distritos do País, com um custo médio de 150 mil contos cada. Actualmente estão prontos três, um no Algarve, outro em Coimbra, sendo o terceiro o Planetário do Porto.

O Pavilhão de Conhecimento, no Parque das Nações, em Lisboa, é considerado o «Centro-Mãe», que vai gerir todos os outros espalhados por Portugal.

A criação destes espaços «Ciência Viva» que tem também como finalidade incentivar projectos de ensino experimental da Ciência nas escolas, o que levou já à criação de clubes de astronomia em diversos estabelecimentos de ensino em todo o País, e outras iniciativas do género como o programa «Astronomia no Verão».



Albufeira

Câmara adere ao RECRIA

Com o objectivo de melhorar as condições de habitabilidade dos municípios cujos fogos apresentam sinais de degradação avançada, a Câmara Municipal de Albufeira decidiu aderir ao Programa RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Degradados.



De salientar que o parque habitacional com maior número de construções em mau estado de conservação situa-se, sobretudo, na zona antiga de Albufeira e nos núcleos urbanos de Guia e Paderne.

Amarante

Câmara organiza Prémio Amadeo de Souza-Cardoso

O município de Amarante organiza, entre 18 de Setembro e 31 de Outubro, o Prémio Amadeo de Souza-Cardoso, de realização bienal, aberto a artistas nacionais e estrangeiros, «aceitando todas as expressões artísticas que, numa prática de vanguarda, as referências de Amadeo exigem». Cada concorrente poderá enviar, a título individual ou colectivo, o máximo de dois trabalhos de realização recente, cujas medidas não deverão ultrapassar os dois metros em cada uma das dimensões, devendo as obras a concurso ser entregues até 30 de Julho.

O Prémio Amadeo de Souza-Cardoso foi reinstituído pela Câmara de Amarante em 1997.

Faro

Festa de Verão do Idoso

Mais de meio milhar de pessoas, provenientes de todos os lares e residências da terceira idade do Algarve, participaram na Festa de Verão do Idoso, dia 31 de Julho, na capital algarvia.

A festa, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Casa do Idoso do Meio Rural de Faro, no âmbito das comemorações do Ano Internacional das Pessoas Idosas, teve como ponto alto uma tarde recreativa em que participou a cantora

Cândida Branca-Flor, artistas amadores locais e também grupos culturais ligados ao projecto camarário de animação para a terceira idade.



Tendo como palco o Instituto Dom Francisco Gomes, a Casa dos Rapazes, a festa de Verão dos idosos farenses foi também marcada pelo convívio entre a terceira idade e os jovens utentes daquela instituição privada de solidariedade social.

Solidariedade inter-etària

Para o presidente da Câmara Municipal de Faro, Luís Coelho, trata-se de «uma interessante manifestação de solidariedade inter-etària e de multi-utilização dos espaços disponíveis na cidade», que contribui para a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa.

Ferreira do Alentejo

Construção dos canais e sistema de rega

Realizou-se ontem, quarta-feira, na sala de sessões da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, a cerimónia de abertura das propostas para a construção dos canais e sistema de rega.



Este acto marca o início do regadio no Alentejo proporcionado pelo empreendimento do Alqueva.

A cerimónia, que contou com a presença do presidente do município de Ferreira do Alentejo, o socialista Luís Ameixa, foi presidida pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, que fez uma declaração sobre o assunto.

Ovar

Câmara e Misericórdia unidas para apoiar idosos

A reflexão e a informação da comunidade sobre o envelhecimento, reforçar a cidadania e a participação dos idosos são alguns dos objectivos do acordo de parceria assinado entre a Câmara e a Misericórdia de Ovar.



O acordo de parceria entre a autarquia e a Santa Casa da Misericórdia de Ovar visa assinalar o Ano Internacional das Pessoas Idosas.

Promover a investigação, fortalecer as redes de solidariedade inter-regionais e melhorar a qualidade dos serviços de atendimento às pessoas idosas são outras das finalidades propostas no acordo.

O provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, Manuel Oliveira Dias, chamou a atenção para a importância de que se reveste «as instituições darem as mãos para prosseguirem projectos em prol da comunidade».

Uma sociedade para todos

As duas instituições têm previstas várias acções, que englobam a instalação de quiosques de informática sénior no município, passeios à praia e viagens, exposições retrospectivas das IPSS que apoiam a terceira idade e um seminário/fórum subordinado ao tema «Uma sociedade para todos».

Santo Tirso

Obras de abastecimento de água

Depois de vários contactos com a Administração das Águas do Cávado, da qual a Câmara Municipal de Santo Tirso é associada, à semelhança de outros seis municípios, foi finalmente desbloqueado o problema de adução de água à rede de distribuição da Freguesia de Vila das Aves. Os trabalhos tiveram início no passado dia 23 de Agosto.

Sintra

Inauguração da Casa Dorita de Castel-Branco

A Câmara Municipal de Sintra inaugura, no

dia 13 de Setembro, às 17 e 30, a Casa Dorita de Castel-Branco, que fica instalada na Quinta da Regaleira, em pleno Centro Histórico da vila de Sintra.



Neste novo espaço estão expostas as obras que a escultora doou à autarquia, as quais são representativas do seu trabalho não apenas ao nível da escultura mas também da tapeçaria, da medalhística e do desenho.

Vila Real de S. António

Câmara e comerciantes investem 500 mil contos

O projecto de Urbanismo Comercial de Vila Real de S. António, promovido em parceria pela Câmara Municipal e Associação Comercial da Região (ACRAL), com o apoio do Programa Procom, vai gerar mais de 500 mil contos em novos investimentos.



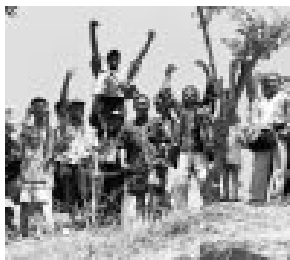
Segundo um levantamento efectuado pelo Gabinete de Apoio e Promoção do Investimento (GAPI) da autarquia de Vila Real de Santo António, os comerciantes da cidade apresentaram cerca de 40 candidaturas correspondentes a 400 mil contos de investimento na modernização dos respectivos estabelecimentos.

Feira de Actividades do Guadiana

A cidade de Vila Real de Santo António foi palco de 21 a 25 de Julho da segunda edição da Feira de Actividades do Guadiana, certame organizado pela Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve (ACRAL).

PS CONGRATULA-SE COM RESULTADOS

O PS congratulou-se com os resultados da consulta popular de Timor-Leste, que considera conferirem «uma razão histórica ao povo timorense», bem como aos portugueses, que souberam «manter viva a chama» da causa. Os resultados conferem «uma nova legitimidade ao desejo majoritário do povo de Timor-Leste», afirmou o coordenador da Comissão Permanente dos socialistas, esperando o «respeito estrito» dos números apurados. «Esperamos que todos cumpram as normas de segurança e de ordem necessárias»,



acrescentou o camarada António José Seguro. O dirigente do PS manifestou-se esperançado que o Conselho de Segurança adopte medidas de segurança para garantir a ordem no território, com uma grande «vigilância». «O importante é a segurança e a ordem no território, o que a Indonésia se comprometeu a fazer. É esse o nosso desejo e exigência», disse.

Programa eleitoral adiado
A Direcção Nacional do PS decidiu no

dia 5 adiar a apresentação formal do Programa de Governo prevista para o dia 7.

O adiamento, segundo os dirigentes socialistas, deve-se à realização no mesmo dia, 7 de Setembro, de uma concentração em Lisboa por Timor-Leste, onde compareceram os líderes das diferentes forças políticas.

Ainda não há data agendada para a apresentação do programa eleitoral pelo camarada António Guterres, no âmbito do sufrágio marcado para 10 de Outubro.

O presidente da Federação Distrital de Coimbra do PS, Fausto Correia, incitou o cabeça-de-lista do PSD pelo distrito, Santana Lopes, a mostrar o resultado da sua actividade enquanto membro dos governos de Cavaco Silva.

«Pedro Santana Lopes deve esse relatório de contas ao eleitorado a quem se apresenta», disse.

«No entanto, não vamos ser nós a transportá-lo às cavalitas para o debate distrital», referiu, durante a apresentação do programa de pré-campanha do partido para o distrito de Coimbra.

Segundo Fausto Correia, o presidente da Câmara da Figueira da Foz é «um falso candidato duplo pelo círculo de Coimbra», acrescentando: «Há sujeitos capazes de desdizer o que disseram antes».

Aludindo ao período do referendo da regionalização, quando Santana Lopes defendeu - «a Figueira da Foz não pode estar dependente de Coimbra, nem de Aveiro» -, o dirigente socialista afirmou: «Ele, depois de assumir uma parte do distrito, quer agora assumir a restante parte contra a qual tem estado».

Em resposta às críticas feitas recentemente por Santana Lopes sobre a inauguração da Loja do Cidadão em Lisboa e no Porto, o secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa anunciou que a terceira a abrir será em Coimbra.

«Se, por um lado, não queremos circo, por outro lado não podemos deixar passar palermices. Quero dizer ao Pedro Santana Lopes que, em primeiro lugar, não admito que se meta comigo, em segundo, que lhe responderei à letra a qualquer provocação que ele faça», afirmou, acrescentando: «A palermice é o acto do palerma».

Explicou que, com a campanha do PS, «não haverá o risco de qualquer espectáculo circense», uma vez que a lista de Coimbra «apresenta candidatos reais, que assumem por inteiro a sua candidatura».

O contacto com a população é a principal preocupação da campanha dos socialistas conimbrenses, que «procuram a sétima vitória eleitoral consecutiva, tendo como «palavra de ordem» o slogan - «Coimbra no coração de Portugal»».

«Contem connosco», para os candidatos e para o secretário-geral do PS, e «Contem comigo» e «A voz de liberdade», para o cabeça-de-lista por Coimbra, Manuel Alegre, são outras frases fortes.

Caravana Distrital

A «Caravana Distrital da Nova Maioria/99» é um dos destaques do programa de pré-campanha apresentado terça-feira em Coimbra. Arranca em Pampilhosa da Serra e acaba dia 24 na Figueira da Foz, com a realização de um comício de abertura.

Durante 16 dias, candidatos, independentes e partidários irão visitar mercados, lares de terceira idade e centros de saúde, entre outros locais, terminando o dia com um jantar-debate.

O comício de encerramento será no último dia da campanha, 8 de Outubro, em Cantanhede.



Haverá ainda um outro, dia 4, nas Escadas Monumentais, onde participará o primeiro-ministro, António Guterres.

Candidatos nas 208 freguesias do distrito

Os candidatos pretendem também visitar as 208 freguesias do distrito de Coimbra para fazer sessões de esclarecimento, que contarão com a presença de 200 oradores, entre independentes e partidários.

Dia 17 deste mês realiza-se o jantar distrital de recolha de fundos, no pavilhão da Associação Académica de Coimbra - Organismo Autónomo de Futebol, estando prevista a participação de Manuel Alegre e dos ministros Ferro Rodrigues e Maria de Belém.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, considerou no dia 4 existir uma «responsabilidade mundial» pelo futuro de Timor e pela segurança dos timorenses, apelando à comunidade internacional para não deixar «sequestrar a liberdade».

Ferro Rodrigues disse que os timorenses «deram ao mundo uma enorme lição de amor à pátria», tendo o resultado do referendo significado «a vitória de um povo sobre o medo».

Mostrando-se preocupado pelos mais recentes problemas ocorridos no território de Timor-Leste depois do anúncio dos resultados do referendo, o ministro atribuiu à comunidade internacional a responsabilidade pela salvaguarda do futuro dos timorenses.

Ferro Rodrigues falava durante o comício de apresentação da sua candidatura como cabeça-de-lista do PS por Leiria às legislativas de 10 de Outubro, durante o qual referiu que no acto eleitoral vai estar em causa saber se os portugueses querem o PS e António Guterres a governar Portugal, ou se querem um governo liderado por Durão Barroso «e com Alberto João Jardim em lugar de destaque».

Sublinhando que o governo de que faz parte «cumprirá os grandes compromissos da Nova Maioria», Ferro Rodrigues disse que «a única estratégia do PSD é dizer mal», ao que o PS «responde com determinação e vontade de vencer».

Autoritarismo e insensibilidade laranja

Acusando o PSD de uma prática governativa anterior pautada pelo «autoritarismo e insensibilidade», o candidato socialista por Leiria, perante várias centenas de apoiantes, garantiu que em 10 Outubro o PS «vai provar que o lugar do PSD é continuar na oposição».

Durante o comício foi distribuído um decálogo de compromissos dos candidatos do PS por Leiria, o primeiro dos quais respeita ao reforço da coesão e protagonismo do distrito, nomeadamente através do regresso de serviços públicos transferidos para outros distritos há alguns anos.

A criação da Universidade Tecnológica da Alta Estremadura é outra das apostas dos socialistas de Leiria para a próxima legislatura.

Ferro Rodrigues assumiu o desejo de protagonizar a primeira vitória socialista no distrito para eleições legislativas, garantindo ser seu propósito «afirmar Leiria como o centro do Centro de Portugal».

O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro, ocupa o segundo lugar na lista de candidatos do PS em Leiria, seguido de Carlos André, que até à passada semana desempenhou o cargo de Governador Civil do distrito.

PS EM MOVIMENTO

SANTARÉM

PS apresenta programa

Os candidatos socialistas pelo distrito de Santarém às eleições legislativas de 10 de Outubro apresentaram-se com um balanço positivo do trabalho dos últimos quatro anos e compromissos de prosseguir o seu «projecto de geração».

Com música a abrir a cerimónia - por dois elementos da Academia de Musica de Tomar -, a apresentação, feita no dia 3 à tarde nos jardins da Casa da Alcáçova, em Santarém, serviu igualmente para a divulgação do documento «O Ribatejo que fazemos», balanço do que foi feito no distrito no mandato agora concluído e programa para os próximos quatro anos.

Respondendo a críticas, sobretudo do cabeça-de-lista do PSD pelo distrito, Miguel Relvas, de incumprimento do programa apresentado em 1995 - «O Ribatejo que temos, o Ribatejo que queremos» -, Jorge Lacão, que lidera a lista socialista por Santarém, citou números que, no seu entender, revelam uma mudança em relação aos tempos de Governo do PSD e frisou que o compromisso de há quatro anos continha objectivos de médio prazo, «de uma geração».

O presidente da Federação Distrital socialista e número dois da lista, Carlos Cunha (também governador civil), foi mais directo no ataque ao líder distrital do PSD, comparando as intervenções dos diversos cabeças-de-lista na legislatura que agora termina, concluindo que Jorge Lacão e Luísa Mesquita (CDU) tiveram um trabalho profícuo (238 e 89 intervenções, respectivamente), enquanto Miguel Relvas apenas entrevistou oito vezes.

Prometendo que não irá «alimentar querelas fúteis ou vãs», Lacão pediu aos eleitores para se concentrarem no que é essencial, afirmando apresentar-se «de cara lavada» porque o Governo socialista alterou o «estado das coisas» da era do cavaquismo, nomeadamente o aumento do fosso entre o desenvolvimento de Portugal e dos outros países da União Europeia.

Passando das comparações nacionais - já antes referidas por Vitalino Canas, número três da lista, que assegurou terem sido cumpridas a generalidade das promessas de há quatro anos - as regionais, Lacão citou números, como a taxa de crescimento real dos investimentos públicos que em quatro anos aumentaram 260 por cento (de 13.400 para 34.970 milhões de contos).

Citou ainda os índices de criação de novas empresas, hoje superior à média nacional, de descida do desemprego (de mais de 20.000 desempregados para menos de 16.000), do aumento das transferências financeiras directas (mais 40 por cento).

Afirmando que o PS «não pode parar» aqui, Jorge Lacão destacou entre os projectos defendidos pelo seu partido para o distrito (muitos deles candidatos ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, a vigorar entre 2000 e 2006) o programa de acção integrada Valtejo, a criação de dois parques de negócios, a elaboração de uma carta ambiental, a qualificação urbana.

O PS compromete-se ainda a «acompanhar e estimular» a criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional e de um Fórum Ribatejo, «entendido como um Conselho Económico e Social de âmbito sub-regional e de natureza consultiva», bem como estimular o surgimento de novas escolas profissionais e o enraizamento do Politécnico.

Combate à desertificação

As propostas para a Juventude foram apresentadas pelo líder da JS distrital, João Sequeira, o sétimo da lista, que destacou o combate «firme e eficaz» contra a desertificação e a adopção de medidas que visem «educar, empregar e fixar» os jovens no distrito, numa tentativa de contrariar o envelhecimento da população da região.

Outra oradora foi Luísa Portugal, a única independente da lista, que surge em quarto lugar, médica e directora do Centro de Saúde de Coruche, que justificou ter aceite o convite socialista por acreditar «em muitas das mudanças que têm sido feitas, principalmente na área da saúde».

Aproveitou para responder às questões que muitos lhe tem colocado - se está na lista por ser a representante do Sul do distrito, se está por ser mulher, se está para cumprir as quotas -, afirmando que só pode estar satisfeita por cumprir todos esses requisitos, já que, embora sendo lisboeta, Coruche a acolhe há 20 anos e porque as quotas «são um

começo» e um desafio às mulheres - que resolveu aceitar - para mostrarem trabalho e que esta discriminação positiva «não é só decorativa».

Dos deputados que agora cessaram funções apenas três se mantêm na lista - Lacão, Nelson Baltazar (sexto) e Rui Carreteiro (primeiro suplente).

SETÚBAL

Coelho visita distrito

O camarada Jorge Coelho almoçou no passado dia 4 com jovens do distrito de Setúbal. O almoço decorreu no parque de campismo da Praia da Galé, onde decorreu o acampamento distrital de juventude organizado pela JS.

Durante a tarde do mesmo dia, o camarada Jorge Coelho, acompanhado de outros candidatos do PS pelo distrito de Setúbal, visitou a Feira de Santiago do Cacém.

Coelho visita Porto de Sines

O cabeça-de-lista do PS pelo distrito de Setúbal, Jorge Coelho, visitou na semana passada o Porto de Sines. A visita teve por objectivo analisar as bases gerais do acordo do Porto de Sines com Singapura e visitar de barco os locais onde vão ser instaladas as infra-estruturas daquele Porto. Jorge Coelho visitou ainda as instalações da Petrogal e da EDP. Na altura mostrou-se confiante numa «melhoria significativa das condições de vida da população dos quatro concelhos alentejanos do sul do distrito de Setúbal, nos próximos anos».

Na Petrogal, Jorge Coelho mostrou-se bastante agradado com as perspectivas de desenvolvimento da empresa, anunciadas pelos seus responsáveis, que se propõem investir cerca de 200 milhões de contos nos próximos três anos, sendo que mais de 90 milhões de contos se destinam a minorar os impactes ambientais.

Jorge Coelho acredita que os socialistas vão conseguir uma grande maioria de votos na região alentejana do distrito, e não exclui a possibilidade de reforçar a votação conseguida nas últimas eleições legislativas.

«Há quatro anos tivemos aqui excelentes resultados, mas queremos melhorar ainda mais», disse.

Comícios de pré-campanha com o camarada Guterres

O PS vai realizar mais três comícios na fase de pré-campanha eleitoral em Torres Vedras, Madeira e Açores, tendo todas estas iniciativas a presença do secretário-geral do partido, camarada António Guterres.

No próximo fim-de-semana o segundo comício de pré-campanha do PS (o primeiro foi em Caminha) terá lugar em Torres Vedras.

Nos dias 17 e 18 o líder do PS estará nos Açores e na Madeira.

Do calendário da campanha, sabe-se por agora apenas que o PS fará o seu comício de encerramento em Setúbal, no dia 8 de Outubro.

JANTAR NA FIL Início de campanha

Hoje, dia 9 de Setembro, às 20 horas

Presença do camarada secretário-geral,
António Guterres

«O PS orgulha-se da obra realizada pelo Governo liderado pelo camarada António Guterres. Portugal está em boas mãos. Muito se fez. Mas temos consciência que muito há ainda a fazer, com prioridade acrescida à saúde, segurança social e emprego. Queremos um Portugal moderno, mais desenvolvido, mais solidário e mais justo, em que todos, sem excepção, possamos viver melhor. É nisso que acreditamos e por isso lutamos. São estas as causas que exigem a nossa mobilização»

Jorge Coelho

MULHERES SOCIALISTAS JANTAM COM CAMARADA GUTERRES

HOTEL PENTA (LISBOA)

13 de SETEMBRO
20 HORAS

1500 escudos

Inscrições: Sede nacional do PS/Largo do Rato
Tel. 3822000 ext. 230

Organização: Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

HOMENAGEM

António Almeida Santos



DEPOIMENTO SOBRE O PROF. DOUTOR EMÍDIO GUERREIRO

O século que o Prof. Doutor Emídio Guerreiro fez caber na sua vida – sem felizmente a esgotar! – é desde logo um século de coragem.

Sem descontar a infância. Quando a coragem é tão prolongada e tanta, é seguro que já se nasceu corajoso.

Mas é também um século de convicção ideais, inconformismo, revoltas.

Podia ter optado por uma prestigiante e tranquila vida universitária, à sombra do mais alto galardão académico que a sua invulgar inteligência lhe conquistou. Mas não! Como viver, para ele, foi sempre lutar e combater por causas justas, preferiu provocar o ditador e ser por ele demitido.

Escolheu cedo a sua barricada. Foi a dos injustiçados, dos oprimidos, dos sedentos de justiça, dos «bem-aventurados» do Sermão da Montanha. A opressão, as discriminações e exclusões injustas e o espezinhamento das liberdades sempre o encontraram de lança em riste. Não a lança quixotesca para ficar na fotografia. Mas uma genuína declaração de guerra contra os déspotas e os tiranos.

Muitos outros deram-se por satisfeitos com o protesto. Ele não! Exigiu sempre de si mesmo, em todos os dias da vida, e em



todas as horas da alma, uma atitude revolucionária. Activa e não romanticamente revolucionária. Por isso aceitou – e poucos aceitaram! – opor a violência justa à violência injusta. É exemplo disso a sua participação na

LUAR, a organização da resistência que tão duramente flagelou os flancos da odiosa ditadura de Salazar e Caetano.

Dele se pode dizer que «esteve em todas». No interesse do País, quando lhe foi consentido viver na sua própria Pátria, ou no

estrangeiro, sempre que experimentou – e muitas vezes experimentou! – a amargura do exílio, o ditador recebeu sempre os seus recados.

O próprio 25 de Abril, quando iam decorridos três quartos da sua vida, encontrou-o em Paris, seu refúgio preferido, a lutar.

Depois, a sua luta experimentou, enfim, a legalidade. Mas nem por isso o «Guerreiro» de nome e de carácter repousou. E chegou, como se sabe, a liderar o PSD, quando do que se tratava era de defender as liberdades conquistadas, e de construir o Estado Democrático de Direito que hoje somos.

Sou, desde há muito, admirador e amigo do Prof. Doutor Emídio Guerreiro. Foi e continua a ser uma das referências do homem de esquerda que sempre fui e sou. A homenagem nacional que no dia 6 lhe foi prestada, tem o sabor de um jubileu da verticalidade, da coragem, do idealismo e do espírito revolucionário ao serviço das causas justas.

Lá estarei a agradecer-lhe o exemplo que nos deu. E a pedir-lhe que continue a não ter pressa em repousar. O seu sonho perece de um Mundo justo e livre continua por acabar.

In «100 Anos de História»

HOMENAGEM

Vasco Lourenço



UMA VIDA LUTANDO PELA LIBERDADE

Falar de Emídio Guerreiro é-me extraordinariamente gratificante. Com militar de Abril, costume afirmar que o 25 de Abril só foi possível, como acção libertadora de Portugal e dos portugueses, porque muitos mantiveram acesa a chama da esperança na liberdade. Ainda que para isso tivessem que arriscar não só a sua liberdade mas também a própria vida. Foi a luta desses homens e dessas mulheres, organizados em partidos ou grupos políticos, ou radicalmente independentes procurando teimosamente a unidade na acção, que criou as condições para que o caduco regime de ditadura fascista encontrasse o seu fim, em 25 de Abril de 74. A grande virtude dos capitães de Abril consistiu no saber aproveitar a oportunidade. Com coragem, com decisão, com determinação, mas aproveitando as condições que muitos democratas e antifascistas conseguiram criar.

Emídio Guerreiro é bem o exemplo dos lutadores independentes, que nunca hesitaram, nunca viraram a cara à luta e tudo fizeram para que a liberdade e a democracia fossem uma realidade em Portugal. Com a feliz particularidade de viver em três séculos diferentes, tem uma vida repleta de

emoções, de lutas, de alegrias e tristezas, de vitórias e derrotas. Vida intensa, como o século XX que ele viveu inteiro, não passou ao lado das revoluções, contra-revoluções e das guerras de diversos matizes que se verificaram nestes últimos cem anos.

É assim que o vemos nascer na Monarquia, assistir à implantação da República democrática, a que aderiu, apanhar com o Estado Novo fascista que o perseguirá, o expulsará da universidade e o obrigará ao exílio. Que o leva a novas lutas, sempre do lado da liberdade, primeiro na guerra civil de Espanha, depois na luta contra a ocupação nazi em França.

Foi assim que, mesmo exilado, o vemos na organização da luta contra a ditadura em Portugal, nunca abdicando dos valores cívicos e éticos, que o transformaram num exemplo vivo para as novas gerações. Envolvendo-se com a LUAR, pugna por uma luta com ética e sem aventureirismos, ainda que tenha de arrostar com ataques soezes que procuraram lançar na lama o seu bom nome.

Tendo sido o primeiro a denunciar o assassinato de Humberto Delgado pela PIDE, tudo fazendo para procurar a verdade desse crime, ganha com isso lugar de desta-

que nos inimigos de estimação dessa política tenebrosa, que lhe passa a dedicar o consequente ódio.

É por isso que só pode voltar a Portugal depois do 25 de Abril de 1974.

A idade de 75 anos não o impede de se lançar pela consolidação da democracia em Portugal, pela construção do país com que sempre sonhara e pelo qual lutara.

Não aceitando ficar a ver a marcha da História, volta a empenhar-se na sua construção e é tempo de o vermos envolvido, pela primeira vez, na luta partidária. Militante do PPD não hesita em assumir a sua liderança, quando outros abandonaram a cena, convencidos de que a derrota era inevitável. Sempre fiel à social - democracia, envolveu-se na luta do inesquecível Verão Quente de 1975, participa na autêntica trincheira em que a Assembleia Constituinte se transforma, consegue que o seu partido se mantenha firme e ganha jus a um lugar na galeria dos que nesses conturbados tempos defenderam e salvaguardaram a liberdade e a democracia em Portugal.

Passados os tempos mais conturbados e, portanto, mais perigosos, logo os oportunistas os haviam de pôr em causa, o procuraram engolir e o forçaram a abandonar

o partido que, na fase mais difícil da sua existência, soubera liderar.

Para trás ficava a experiência partidária, tal como a actividade política concreta, mas para trás não ficou a prática cívica e política sempre na defesa e no apoio a acções de democratas das gerações mais jovens, a que empresta um permanente e jovem entusiasmo de velho lutador.

Todas estas acções são ainda mais relevantes, porque Emídio Guerreiro nunca abdicou da sua vocação de intelectual e de professor.

Homem de enorme cultura, com conhecimentos científicos e filosóficos permanentemente actualizados, grande matemático, também aqui pode orgulhar-se o seu passado, onde, depois da expulsão de assistente da Faculdade de Ciências do Porto, sobressai o facto de ter leccionado em Espanha e em França e de, nos liceus deste país, ter sido o introdutor das matemáticas modernas.

Verdadeiro exemplo para as novas gerações, homem de enorme coragem, total coerência e integridade cívica e intelectual, é com grande orgulho que me vejo no grupo dos seus admiradores e amigos.

In «100 Anos de História»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Dança em Albufeira

As danças tradicionais da Grécia, integradas na primeira Bienal de Dança do Algarve, serão recriadas amanhã («Velvento») e no sábado, dia 11 («Krokos Ioakim-Liurias»), a partir das 21 e 30, no Auditório Municipal. Os amantes do motociclismo deverão estar, nos dias 11 e 12, entre as 9 e as 18 horas, na Rotunda do Páteo - Orada, para assistir e/ou participar no 6º Circuito de Velocidade.

Para os adeptos de práticas desportivas mais calmas será realizado, no Domingo, um concurso de pesca com barco inter-sócios.

Até ao dia 19 poderá apreciar a exposição colectiva «Cores e Formas dos Nossos Artistas» na Galeria Municipal.

Dança em Cascais

Amanhã e no sábado, dia 11, pelas 21 e 30 o Auditório do Parque Palmela será palco para uma memorável actuação da Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo. A entrada é livre.

Garantidas está a promessa de uma noite mágica com os espectáculos «Concerto em Sol Maior», uma coreografia de Vasco Wellenkamp, com música de Maurice Ravel; «Luz e Escuridão», uma estreia com coreografia de Rami Lévi e música de Tomaso Albinoni.

Concerto em Coimbra

A Praça 8 de Maio foi o local escolhido para a apresentação, hoje, às 22 horas, da banda Red Line.

O último filme de Stanley Kubrick, «Eyes Wide Shut», estreia amanhã nos Cinemas Castello Lopes do Centro Comercial Girassol e no Cine-Teatro Avenida.

Trata-se de um drama erótico protagonizado pelo casal Nicole Kidman e Tom Cruise.

Chopin em Fafe

A Câmara Municipal promove hoje uma sessão de cinema que inclui a exibição do filme «Jaime», de António-Pedro Vasconcelos, seguindo-se um colóquio com o realizador. A referida sessão tem o apoio do Cine-Clube.

Após o período de férias, regressa, amanhã a temporada de concertos quinzenais comentados pelo maestro José Atalaya, sob a designação «Música em Diálogo».

Assim, a partir das 21 e 45, no Estúdio Fénix, actua o pianista Caio Pagano, em mais um programa que a Academia de Música de José Atalaya dedicou à música de Chopin, no 150º aniversário da sua morte.

Fotos em Faro

Até ao dia 22 as fotografias de Olívia da Silva estarão em exibição, nos Claustros do Museu Municipal.

Feira em Ferreira do Alentejo

O Jardim Público Municipal será palco, amanhã, pelas 18 horas, para a inauguração da exposição de mosaicos romanos de Manuel Teles.

A mostra, que permanecerá em exibição até ao dia 24, insere-se no programa da Feira de Setembro'99.

Música em Guimarães

Blinfold & Scurf estarão no Carramão Café-Concerto amanhã, a partir das 23 e 30. No Sábado, no mesmo local e horário, apresentam-se os Blasting Oil & October Black. No domingo à tarde (15 e 30), não perca o concerto final dos III Cursos Internacionais de Música de Guimarães. O evento realiza-se no Paço dos Duques de Bragança e a entrada é livre.

O Torneio de Futebol Sub-10 decorre a partir da segunda-feira, dia 13, até ao dia 17.

Órgão em Lisboa

Amanhã, sexta-feira, estreia nas salas de cinema lisboetas o último trabalho do conhecido realizador Stanley Kubrick. Trata-se de «Eyes Wide Shut» («De Olhos Bem Fechados»), que conta com as actuações do casal Cruise/Kidman e de Sidney Pollack nos principais papéis.

A partir de amanhã e até ao dia 3 de Outubro decorre a segunda edição do Festival Internacional de Órgão.

O evento começa na Sé de Lisboa, onde também encerrará, depois de concertos diversos noutros palcos da cidade, nomeadamente na Igreja de São Vicente de Fora, Palácio das Galveias, Graça, Basílica da Estrela, Igreja de São Luís dos Franceses e Conservatório Nacional.

Até segunda-feira, dia 13, o Teatro Assédio apresenta a peça «O Falcão», de Marie Laberge, na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém, às 21 e 30.

Cavalos em Montemor-o-Velho

Os habitantes do concelho, entre os 15 e os 30 anos, terão, este sábado, oportunidade de mostrar os seus dotes vocais no II Festival Concelhio de Talentos Vocais que

decorrerá na Casa do Povo de Tentúgal. Mas o programa das Festas Concelhias'99 não se fica por aqui, prevendo toda uma série de eventos lúdico-desportivos.

No mesmo dia 11 participe no V Torneio de Voleibol de Praia, às 9 e 30, na Praia Fluvial de Pereira.

O domingo será preenchido, em Arazede - Bunhosa, a partir das 10 horas, com o Encontro Concelhio de Jogos Tradicionais.

Os amantes do desporto equestre poderão desfrutar, no dia 12, no Centro Equestre de Montemor-o-Velho, as exposições de excelentes cavalos de competição, no Concurso Nacional de Saltos de Obstáculos - C

Hipismo em Portimão

A XIII Exposição de Bricolage poderá ser apreciada durante todo o este mês, assim como os apreciadores de corridas de cavalos poderão usufruir do espectáculo anual do Prémio Hípico Internacional, no Centro Hípico de Portimão.

Até Dezembro estará aberta ao público a mostra «Alcalar - uma comunidade pré-histórica em Portimão», na Sala de Exposições Temporárias do Museu

Olhares no Porto

«Um Olhar sobre o Porto Medieval» é o título genérico da mostra que se encontra patente ao público no Centro Regional de Artes Tradicionais.

As visitas a esta exposição poderão ser feitas, até ao dia 7 de Novembro, de terças a sextas-feiras, entre as 10 e as 12 horas e das 13 às 18 horas.

Ao fim de semana, a mostra encontra-se aberta ao público das 13 às 18 horas, encerrando todas as segundas-feiras e feriados.

Palhaços em Sintra

O Museu do Brinquedo acolhe, no dia 12, entre as 15 horas e as 17 e 30, uma parêla de palhaços malabaristas que promete animar todos os visitantes deste espaço lúdico. Até domingo estará aberta ao público, no Espaço Cultural Casal de São Domingos, uma mostra fotográfica da autoria de Vasco Casquilho.

Esta exposição poderá ser visitada hoje e amanhã, das 9 horas às 12 e 30, e das 14 horas às 17 e 30 ou no sábado e domingo, entre as 14 e as 20 horas.

Música
Vai de Banda'99
 Rollana Beat
 10 de Setembro
 Silicone, Spin 99 e A Instituição
 11 de Setembro
 21h30
 IPJ - Delegação Regional de Lisboa

SUGESTÃO

Ceranon e Brinde

Floricultura e bijuteria são as novidades das mostras Ceranon e Brinde, que decorrem simultaneamente de a partir de hoje e até ao domingo, dia 12, na Exponor, Leça da Palmeira, Porto. De acordo com a organização, o número de expositores presentes nos dois certames deverá ascender a 750, mais 50 do que na edição de 1998.

Reservadas exclusivamente a profissionais do sector, a Ceranon - 9º Salão de Cerâmica, Vidro, Artigos Decorativos e Utilidades Domésticas - e a Brinde - 6º Salão de Brindes e Brinquedos - registaram em 1998 mais de 18 500 visitantes, dos quais cerca de 1 500 eram estrangeiros.

A Ceranon'99, vocacionada para a projecção dos produtos portugueses no mercado internacional, vai apresentar artigos de cerâmica doméstica e artística, faianças e porcelanas, peças em barro, grés, vidro, cristal e metais, entre outros artigos decorativos.

Este ano, pela primeira vez, a Ceranon integra o Espaço Floricultura, destinado à apresentação de artigos, equipamentos e acessórios para o sector da floricultura e jardinagem.

Relativamente à Brinde'99, onde os visitantes podem observar materiais lúdicos, brinquedos, e diversos tipos de brindes, a novidade surge através da participação de profissionais da área de bijuteria.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

São meus estes rios

*São meus estes rios
 que buscam caminho
 rastejando entre luar e silêncio,
 sombra e madrugada,
 até ao seu fim marítimo.*

*A minha alma está neles,
 líquida e sonora
 como a água entre o quissange
 das pedras,
 o anoitecer nas fontes.*

*Tenho rios vermelhos e quentes
 Na minha dimensão física,
 rios remotos, remotos como eu.*

Manuela Lima
 Angola



TIMOR LOROSAE

C difícil escrever sobre outro assunto que não sobre Timor. Não por obrigação mas por obsessão. A força das imagens televisivas, o impacto das reportagens radiofónicas, a clareza dos artigos jornalísticos, as declarações de Guterres, Sampaio e Gama trazem-nos à cabeça e mantêm-nos no coração esta permanentemente preocupação.

É claro que o desenvolvimento de Timor não será uma pêra-doce. É óbvio que será necessária uma extrema habilidade para pilotar política e economicamente uma sociedade e uma economia como a de Timor do sol nascente. Mas o que a actuação das milícias evidencia é o hediondo e criminoso desespero dos assassinos remunerados por alguns militares e financeiros indonésios que não querem nem a independência de Timor nem a liberalização e a democratização da sociedade indonésia.

O interesse económico de Timor tem a ver com a perspectiva de desenvolver as suas potencialidades agrícolas, voltando nomeadamente a produzir café

de forma significativa, tratando da pecuária e intervindo na exploração petrolífera. A modificação que gradualmente sofreu a posição da Austrália e mais recentemente da China, sem ter necessariamente a ver com interesse económicos, têm muito a ver com a gigantesca pressão que o Governo português desenvolveu, com o apoio do Parlamento, de diversas ONG's e da esmagadora maioria da opinião pública portuguesa, no sentido do respeito dos desejos dos timorenses. Foi a luta heróica dos timorenses mundialmente divulgada pelos *media* e esse esforço que contribuiu para modificar gradualmente a posição da comunidade internacional. E a vontade dos timorenses, bem expressa pelo voto no final de Agosto, não pode ser traída pelas acções dos bandidos armados que foram encorajados e hoje são tolerados por significativos segmentos do aparelho militar indonésio e financiados pelos piores resquícios do «gang» de Suharto. Este banho de sangue que se inscreve na sequência dos massacres de centenas

de milhares de timorenses em finais dos anos 70 em Timor e da chacina de perto de um milhão de indonésios quando do golpe que colocou Suharto no poder há três décadas, será certamente impedido a muito curto prazo. Claro que já deveria ter sido. Cada vez mais o Direito Internacional tem que prevalecer, e rapidamente, sobre as ausências de direitos nas nações, em qualquer parte do mundo. É por isso que o julgamento de Pinochet, a acção internacional no Kosovo, a necessária e muito urgente intervenção de um contingente das Nações Unidas em Timor-Leste fazem parte do mesmo combate. É urgentíssima a intervenção das Nações Unidas em Timor Lorosae para que os timorenses, com Xanana Gusmão a liderá-los, possam entrar no novo milénio, ultrapassando, mas não esquecendo, décadas de horror, podendo construir livremente no oriente um novo país, uma pátria no sol nascente, a qual será certamente um exemplo de dignidade, de solidariedade, de desenvolvimento e de paz para todo o mundo.

«Só pessoas sem sentido histórico nem formação humanista, sem afectos nem sensibilidade, não perceberão que Timor é um designio nacional. Só crápulas morais poderão estar contra ele»
José Carlos Vasconcelos
Visão, 2 de Setembro

«Nesta hora é também justo que não se esqueça o papel desempenhado por alguns, felizmente raros, figurantes da farsa indonésia: Nuno Rocha, Galvão de Melo, Manuel Macedo ou Abílio Araújo»
Miguel Sousa Tavares
Público, 3 de Setembro

«Salazar foi um fascista nos seus métodos, sem piedade, sem querer saber as consequências»
Lyon de Castro
Público, 5 de Setembro

«Cavaco Silva foi um ditadorzito, não um fascista, mas um homem que não respeitava certas opiniões e evitava entrar em discussões»
Idem, ibidem

«Federico Garcia Lorca tinha uma voz poderosa, e era ouvido com paixão»
Idem, ibidem

«La Pasionaria era uma mulher cheia de vigor, uma grande oradora, com uma capacidade extraordinária de influenciar»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz